



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Danielle Virgínia Silva Albuquerque**

**MOTIVAÇÕES DO VOTO E A SUB-REPRESENTAÇÃO  
FEMININA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA EM CAMPINA GRANDE**

Orientadora:

**Profa. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima**

Campina Grande – PB

Outubro, 2017

**DANIELLE VIRGÍNIA SILVA ALBUQUERQUE**

**MOTIVAÇÕES DO VOTO E A SUB-REPRESENTAÇÃO  
FEMININA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA EM CAMPINA GRANDE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa De Pós Graduação em Ciências Sociais de Campina Grande (PPGCS) na área de concentração Cultura e Identidades, como exigência para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

**Campina Grande – PB**

**Outubro, 2017**

A345m Albuquerque, Danielle Virgínia Silva.  
Motivações do voto e a sub-representação feminina na política partidária em Campina Grande / Danielle Virgínia Silva Albuquerque. – Campina Grande, 2017.  
94 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.  
"Orientação: Prof.ª Dr.ª Elizabeth Christina de Andrade Lima".  
Referências.

1. Gênero. 2. Motivação do voto. 3. Sub-representação feminina. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 305-055.2(043)

**Danielle Virgínia Silva Albuquerque**

**MOTIVAÇÕES DO VOTO E A SUB-REPRESENTAÇÃO  
FEMININA NA POLÍTICA PARTIDÁRIA EM CAMPINA GRANDE**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Dr<sup>a</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima- PPGCS/UFCG  
(Orientadora)

---

Dr. Vanderlan Francisco da Silva – PPGCS/UFCG – Examinador Interno

---

Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão – Examinadora Externa

**Campina Grande – PB**

**Outubro, 2017**


Ata da 370ª Sessão Pública de defesa de Dissertação de Mestrado da aluna Danielle Virgínia Silva Albuquerque do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

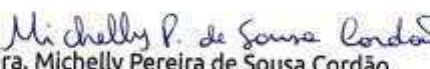
Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 14:00 horas, no Auditório da Biblioteca Central da UFCG, campus de Campina Grande, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a Banca Examinadora, composta pelos professores: Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima – PPGCS/UFCG, na qualidade de Presidente da Banca e Orientadora, Dr. Vanderlan Francisco da Silva – PPGCS/UFCG, como examinador interno e Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão – UAHG/UFCG, como examinadora externa, todos na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Dissertação de Mestrado da aluna Danielle Virgínia Silva Albuquerque, intitulada "*Motivações do Voto e a Sub-Representação Feminina na Política Partidária em Campina Grande*". A sessão pública foi aberta pela professora Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, a candidata iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. A professora Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima convidou a professora Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão para iniciar a arguição e o professor Dr. Vanderlan Francisco da Silva prosseguiu com a arguição. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da assembleia para, em sessão secreta, avaliar a candidata. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito APROVADO, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG. Nada mais havendo a tratar, eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário acadêmico, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, assino, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

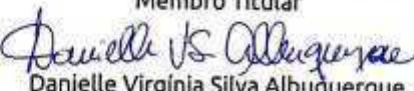
Campina Grande, 14 de dezembro de 2017

  
Rinaldo Rodrigues da Silva  
Secretário Acadêmico

  
Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima  
Orientadora/Presidente da Banca

  
Dr. Vanderlan Francisco da Silva  
Membro Titular

  
Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão  
Membro Titular

  
Danielle Virgínia Silva Albuquerque  
Aluna

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao nosso Pai Maior, Deus, por ter se feito presente em todos os momentos da minha vida, fortalecendo-me em momentos difíceis. Ao meu Esposo, Robério Barbosa por sempre me apoiar e incentivar nessa trajetória. Aos meus pais, Ednalva e Severino, por sempre estarem ao meu lado me ajudando, apoiando e compartilhando dos bons e maus momentos ocorridos diante deste curso; e por também me ajudarem com minhas filhas, Ana Júlia e Maria Luíza, ficando com elas enquanto eu assistia às aulas e no desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço as minhas pequenas e amadas filhas, por compreenderem os momentos de ausência, em passeios e brincadeiras, por me estimularem na concepção desse trabalho, através de suas alegrias, com gestos de carinhos e animação.

As minhas amigas e amigos do curso de Mestrado em Ciências Sociais, que sempre me auxiliaram e incentivaram, vivenciando momentos difíceis, e compartilhando angústias e receios que envolviam o desenvolvimento da pesquisa e ao mesmo tempo, estimulando a continuação desse exercício.

Aos Funcionários e aos professores que fazem o PPGCS, que contribuíram para minha formação acadêmica, através dos seus conhecimentos e experiências trabalhadas em sala de aula e especialmente a minha estimada professora e orientadora Elizabeth Christina de Andrade Lima (Bebete) por me direcionar de forma sábia e bondosa, com paciência no desenvolvimento desse exercício. Agradeço também, pela compreensão, pelo incentivo, e mais que isso pela sua amizade, que foram essenciais para a conclusão desse trabalho.

Agradeço imensamente a todos os informantes, que disponibilizaram seu tempo, cederam espaços, contribuindo assim para construção dessa dissertação, através de suas entrevistas, conversas, pois a realização desse trabalho não se consolidaria sem a contribuição desses eleitores.

Por fim, agradeço a CAPES, pelo financiamento, através da bolsa de estudos, proporcionando assim, dedicação exclusiva para a pesquisa. Enfim agradeço a todos que de alguma forma contribuiu para a conclusão do Mestrado em Ciências Sociais.

## RESUMO

A presente dissertação tem como finalidade o exercício da investigação e compreender as motivações de escolhas do voto, e se o machismo ainda presente em nossa sociedade interfere, e em que medida, na escolha em candidaturas femininas. Para tanto, nós utilizamos de uma perspectiva antropológica, por meio dos estudos dos significados simbólicos, valores, costumes e práticas desse eleitor para definir em quem deve e quer votar, a fim de entender quais os motivos de ainda existir uma sub-representação feminina na política, mesmo diante de campanhas de incentivo, promovidas pela Justiça Eleitoral, mesmo apresentando uma maioria no eleitorado, sendo mais escolarizadas do que os homens, com a Lei de Cotas e com um número expressivo de mulheres candidatas para diferentes cargos na política, ainda assim poucas mulheres obtêm sucesso em campanhas eleitorais. A realização da pesquisa ocorreu no período de Junho a Outubro de 2016 (período eleitoral), na cidade de Campina Grande-PB, onde entrevistamos 16 eleitores desta cidade e para coleta de dados utilizamos entrevistas com roteiro semi-aberto. Com base nessas premissas instigamos se a questão de gênero é um elemento considerado pelo eleitor para decidir seu voto. O que podemos perceber, ao longo de nossa pesquisa é que a sub-representação feminina na política está atrelada a cultura da nossa sociedade, pois ainda imperam resquícios de machismo e patriarcalismo, que determina lugares de mulheres e homens, mesmo diante de tantas lutas e conquistas ainda se perpetuam estereótipos relacionados às mulheres que as impedem de competir, de forma igualitária, os espaços de poder.

**Palavras- Chave:** Gênero, Motivação do Voto, Sub-representação Feminina.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is the exercise of research and understand the motivations of voting choices, and if the machismo still present in our society interferes, and to what extent, in the choice of female candidates. To do so, we are using an anthropological perspective, through the study of the symbolic meanings, values, customs and practices of this voter to define who should and who wants to vote, in order to understand why there is still a female under- representation in politics, even in the face of incentive campaigns promoted by the Electoral Court, even though they have a majority in the electorate, being more educated than men, with the Quotas Law and with a significant number of female candidates for different positions in politics, yet few women obtains success in electoral campaigns. The survey was conducted from June to October 2016 (electoral period), in the city of Campina Grande-PB, where we interviewed 16 voters from this city and for data collection we used interviews with semi-open script. Based on these premises we instigate if the gender issue is an element considered by the elector to decide their vote. What we can perceive throughout our research is that female underrepresentation in politics is tied to the culture of our society, because there is still shivers of machismo and patriarchy, which determines places of women and men, even in the face of so many struggles and conquests are still perpetuating stereotypes related to women that prevent them from competing, in an egalitarian way, the spaces of power.

**Keywords:** Gender, Voting Motivation, Female Underrepresentation.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1.0 Lutas e Conquistas: Um breve Histórico da busca pela participação política das mulheres.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 O Feminino Sufragista.....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 A Luta pela Emancipação Política das Mulheres Paraibanas.....</b>	<b>32</b>
<b>1.3 Cadê as mulheres na Política Partidária? .....</b>	<b>34</b>
<b>1.4 Por Mais Mulheres na Política: Ações Afirmativas e a Lei de Cotas.....</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2.0 As Narrativas sobre o Voto.....</b>	<b>58</b>
<b>2.1 Um Breve Histórico sobre a inserção do voto no Brasil.....</b>	<b>58</b>
<b>2.2 As Narrativas e a Prática do Voto.....</b>	<b>61</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3.0 Motivações do voto: Uma análise sobre resistência as candidaturas Femininas.....</b>	<b>70</b>
<b>3.1 As Motivações do Voto e suas Dimensões.....</b>	<b>70</b>
<b>3.2 As Motivações do Voto e a Relação de Gênero.....</b>	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

Um importante passo para as conquistas femininas, a participação política e para inserção na vida pública foi, sem dúvida, o direito ao voto, assegurado inicialmente para as brasileiras casadas, desde que tivessem a autorização dos maridos, e para as solteiras ou viúvas, desde que tivessem renda própria. Tal fato ocorreu em 24 de fevereiro de 1932 – Decreto do código eleitoral – nº 21.076/1932. Com isso, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina (depois do Equador), sendo pioneiro, em relação a países desenvolvidos como a França e a Itália, a estabelecer as mulheres o direito ao voto.

Em 1934, devido às pressões feministas, que se alastravam há décadas, o sufrágio feminino foi finalmente garantido pela Assembléia Nacional Constituinte, com a inclusão do art.108, no Código Eleitoral, eliminando algumas restrições e tornando o voto obrigatório apenas àquelas mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos. Mas, apenas na constituição de 1946, ampliou-se o direito ao voto, mantendo algumas poucas restrições. Somente na Constituição de 1988 foi instituída a obrigatoriedade plena do voto às mulheres e homens, tendo apenas como restrições a candidaturas de analfabetos, de ambos os sexos.

Apesar do aumento da representação feminina nos espaços públicos, essa inserção, no entanto, não engloba outros espaços na nossa sociedade. Percebemos um significativo avanço, em programas de incentivo à participação política feminina, como a Lei nº 9.100, aprovada em 29 de setembro de 1995, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte e que determinou uma cota mínima de 20% destinadas a cada um dos sexos; e a Lei nº 9.504, aprovada em 1997, que estendeu a medida para os demais cargos eletivos por voto proporcional a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital, assegurando agora o percentual mínimo de 30% para cada um dos sexos; outra ação se deu por meio de propagandas vinculadas em emissoras de rádio e televisão, como por exemplo, da Justiça Eleitoral que lança, em 2014, campanha institucional, feita pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), apresentada com slogan “Faça parte da Política<sup>1</sup>” com intuito de promover a igualdade de gênero e assegurar o implemento da referida Lei de Cotas. No ano de 2016, o TSE lança novas propagandas de incentivo à inserção da mulher na política. Com base no slogan “Faça nossa voz ser mais ouvida, participe da política; a

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=viL24UnNGQA>, publicado em 18/03/2014

democracia agradece<sup>2</sup>” a Justiça Eleitoral formula que apesar das mulheres serem maioria no eleitorado, representando 52% da população brasileira, no entanto, no âmbito da política a representação feminina não ultrapassa 10% de ocupações em cargos políticos. Outra propaganda lançada neste ano pela Justiça Eleitoral apresenta o *slogan* “Derrubar rótulos: Campanha pela igualdade na Política<sup>3</sup>”. Esta propaganda nos faz refletir sobre os estereótipos acometidos as mulheres em determinadas profissões tidas como “masculinas”, onde elas desempenham essas profissões com a mesma competência que os homens. Mas, nem sempre são reconhecidas como eles são. Incentivando as mulheres a derrubar mais esse rótulo, através de sua participação na política.

Essa preocupação em estimular a participação das mulheres em candidaturas é explicada pela baixa representatividade do sexo feminino na política. Segundo os dados do TSE<sup>4</sup>, neste ano, o eleitorado feminino abarca 52,25% do total de eleitores brasileiros, em relação ao eleitorado do sexo masculino, configurando 47,68% do total de eleitores brasileiros. Em relação ao nível de escolaridade, segundo dados estatísticos do TRE, apenas 6,9% dos eleitores apresentam curso superior completo, neste universo 60,2% são mulheres e 39,8% são homens.

Embora esses dados nos revelem que as mulheres compõem maioria do eleitorado brasileiro, apresentando um maior nível de escolaridade elas ainda são minoria nos cargos públicos. Atualmente tais cargos são ocupados por elas na seguinte proporção: 2 governadoras, 9 senadoras, 45 deputadas federais e 138 deputadas estaduais ou distritais. Nas eleições municipais de 2012 chegaram ao cargo 657 prefeitas; 7.630 vereadoras.

Em relação ao Estado da Paraíba, a situação não difere. De acordo com dados do TSE, desde 1835, quando foi instalada a Assembléia Legislativa da Paraíba, até as eleições de 2014, ou seja, num período de 32 anos foram eleitas apenas vinte e quatro mulheres para o cargo de Deputadas Estaduais (titulares ou suplentes), foram elas: Vani Braga, Lúcia Braga, Terezinha Pessoa, Geralda Medeiros, Francisca Motta, Estefânia Maroja, Zarinha Leite, Socorro Marques, Lucinha Monteiro, Edina Wanderley, Giannina Farias, Eurídice Moreira (Dona Dida), Iraê Lucena, Léa Toscano, Daniela

---

<sup>2</sup> Fonte: [www.youtube.com/watch?v=jSr2j\\_fJ5GU&list=PLAFD3758F2233D1D5&index=1](http://www.youtube.com/watch?v=jSr2j_fJ5GU&list=PLAFD3758F2233D1D5&index=1) publicada em, 05/08/2016.

<sup>3</sup> Fonte: [www.youtube.com/watch?v=ODV\\_Ua5wHWA&index=4&list=PLAFD3758F2233D1D5](http://www.youtube.com/watch?v=ODV_Ua5wHWA&index=4&list=PLAFD3758F2233D1D5) publicada em, 05/04/2016.

<sup>4</sup> Fonte: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br). Além desses dados, existem os que não informaram o sexo abrangendo 0,07% do eleitorado brasileiro

Ribeiro, Eva Gouveia, Gilma Germano, Flora Diniz, Nadja Palitot, Olenka Maranhão, Marta Ramalho, Nárriman Xavier, Estela Bezerra e Camila Toscano<sup>5</sup>.

A pioneira foi Vani Braga (PDS), nas eleições de 1982. Nas eleições 2014 para este mesmo cargo, num universo de 36 eleitos, apenas 03 são mulheres. Foram 02 eleitas: Estela Bezerra (PSB) e Camila Toscano (PSDB) e 01 candidata reeleita, Daniela Ribeiro (PP). Nestas mesmas Eleições, para o cargo de Governador não houve nenhum registro de candidaturas femininas, já para o cargo de Senador foram sete candidaturas, apenas duas eram mulheres, onde foi eleito um homem. Entre os doze eleitos para o cargo de Deputado Federal, todos são do sexo masculino. De acordo com levantamento feito pela União Inter Parlamentar (UIP)<sup>6</sup>, no Brasil a cada dez pessoas eleitas para cargos do executivo ou legislativo, apenas uma é do sexo feminino. Em pesquisa realizada pela Procuradoria Especial da Mulher (PEM)<sup>7</sup> revela que o Brasil ocupa a posição 156 em um *ranking* de 188 países onde foi avaliada a participação da mulher na política.

Com base nos dados estatísticos apresentados acerca das candidaturas por cargo e sexo, em nossa sociedade, pode-se perceber que apesar da elaboração de diversas ações que buscam estimular a participação política das mulheres, ainda há uma notável disparidade entre as candidaturas femininas e masculinas. Tal disparidade está historicamente presente no cenário político-social do Brasil. A explicação desse fato é abordada em Rabay e Carvalho (2001):

As mulheres, enquanto grupo em posição de desigualdade estrutural, não tem as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social. Por sua vez as arenas

---

<sup>5</sup> Dados disponíveis em: <http://paraibaja.com.br/em-32-anos-apenas-24-mulheres-foram-eleitas-deputadas-estaduais-na-pb>.

<sup>6</sup> A União Interparlamentar é uma organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos, cujo objetivo é mediar os contatos multilaterais dos parlamentares. A UIP foi fundada em 1889, por iniciativa do inglês William Randal Cremer e do francês Frédéric Passy. Atua preferencialmente nas seguintes áreas: democracia representativa, paz e segurança internacionais, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e direito humanitário, igualdade de gêneros, comércio Internacional, educação, ciência e cultura.

<sup>7</sup> Instalada no dia 2 de junho de 2009 pelo presidente Michel Temer, a Procuradoria Especial da Mulher foi o primeiro órgão de direção na história da Câmara dos Deputados a ser ocupado por uma mulher. Além de uma grande conquista para a Bancada Feminina representa um avanço na história da Legislação Brasileira. Nesse contexto, a Procuradoria Especial da Mulher, autêntica representante das mulheres brasileiras, recebe e encaminha aos órgãos competentes as denúncias e anseios da população, mediante a discussão e aprovação de Projetos de Lei (PL), Projetos de Emenda à Constituição (PEC) e discussão de políticas públicas que venham garantir e assegurar os direitos já conquistados.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/camara-destaca/mulheres-no-parlamento>

políticas e canais de poder (construídos por homens) são instituições corporativas de representação de interesse, com as normas próprias de recrutamento e treinamento político. (RABAY & CARVALHO 2001, p, 125)

Para apreender como funcionam as condições de acesso ao poder político é necessário entender como as relações de gênero se construíram e se constroem socialmente, como se desenvolveram e se desenvolvem as relações de poder, diante de uma sociedade ainda marcada por traços patriarcais e machistas, como a nossa.

De acordo com Costa (2012) devemos pensar do não-poder das mulheres num contexto mais amplo das relações sociais, onde mulheres e homens estão envolvidos em uma imbricada relação definida por contextos culturais e políticos mais amplos. Seguindo ainda essa linha podemos citar Scott (1992, p.14) ao definir o conceito de relações de gênero como o instrumento adequado para entender a condição de desigualdade das mulheres. Ela defende a necessidade de “tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas inter-relações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança.”.

Meu interesse em trabalhar com a questão da sub-representação das mulheres nos espaços de poder surgiu ao longo da minha trajetória acadêmica no curso de Ciências Sociais (Bacharelado), ao participar de disciplinas como: “Antropologia da Política” em 2012, no ano seguinte, 2013, “Mulher e Participação Política” onde foram discutidas leituras e debates em relação à política sob o olhar cultural. Em 2014 participei como aluna especial, da disciplina “Gênero e Política: A disputa das mulheres por espaço de poder”, Em 2015 cursei, como aluna regular do curso de Mestrado em Ciências Sociais a disciplina “Mulher e Participação Política” oferecida pelo Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, com interesse em ampliar meus conhecimentos teóricos acerca desta temática. A partir disso, participei ainda de projeto de pesquisa PIVIC (2013/2014) intitulado “Com Quantos *Jingles* se faz uma Campanha? As músicas que embalaram a disputa eleitoral de Mulheres eleitas para prefeituras na Paraíba nas eleições 2012”, que teve como objetivo analisar como as músicas de campanha ajudaram a compor uma dada imagem pública das candidaturas femininas.

Dando prosseguimento a tal temática, elaboramos nosso objeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Do Lar a Presidência da

República: Percepções do eleitorado sobre a inserção política das mulheres em espaços de poder”. Desta forma, ao realizar entrevistas com eleitores campinenses (escolhidos segundo os critérios de sexo, idade, escolaridade e classe social) nos sentimos estimuladas a pesquisar as subjetividades trazidas a partir da percepção dos eleitores em relação à inserção política das mulheres.

Assim, cabe indagar: qual a explicação para se ter uma população na qual a maioria é do sexo feminino, e quando fala de participação política esse índice é baixo? O que leva o eleitor a votar numa mulher ou em um homem? Esse voto pode representar uma resistência a candidaturas femininas? Em meio a tantos incentivos para ampliar essa participação feminina na política, porque ainda há tamanha disparidade entre homens e mulheres, na ocupação de cargos públicos, gerando assim, essa baixa representatividade feminina na política? Questões como estas são confrontadas com os dados apresentados que de perto podem ser situações interpretativas, mas que oferece questões importantes para o tema proposto.

Desta forma, o nosso objeto de investigação é compreender as motivações de escolhas do voto, e se o machismo ainda presente em nossa sociedade interfere, e em que medida, na escolha em candidaturas femininas. Para tanto, estamos utilizando uma perspectiva antropológica, por meio dos estudos dos significados simbólicos, valores, costumes e práticas desse eleitor para definir em quem deve e quer votar, a fim de entender quais motivos de ainda existir uma sub-representação feminina na política, mesmo diante de campanhas de incentivo, promovidas pela Justiça Eleitoral, mesmo apresentando uma maioria no eleitorado, sendo mais escolarizadas do que os homens, com a Lei de Cotas e com um número expressivo de mulheres candidatas para diferentes cargos na política, ainda assim poucas mulheres saem vitoriosas em campanhas eleitorais. Então, interessa-nos saber se a questão de gênero é um elemento a ser levado em consideração pelo eleitor na hora de decidir em quem vai votar.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

A antropologia da Política busca “o estudo das relações de poder nas dimensões da vida social.” (Kuschnir, 2005). Para que haja, uma compreensão desses e outros fatores é preciso realizar uma pesquisa etnográfica, abrangendo uso de entrevistas e observação etnográfica, isso significa que deve haver um convívio com o pesquisador e o pesquisado.

A valorização do trabalho de campo como método para se compreender a cultura e a diversidade das experiências políticas permeia toda a produção da antropologia, de um modo geral, mas principalmente da antropologia política. Turner (1974) foi um dos autores que, para fugir às análises estáticas da vida social, realizou pesquisas de campo levando em conta a dimensão da subjetividade dos atores sociais. A observação daquilo que ele definiu como um “drama social” envolvia trabalhar com diversos campos de ação, onde se passam disputas individuais e coletivas em permanente oscilação entre ordem, mudança, equilíbrio e desequilíbrio. Trabalhando na mesma época, e em alguns empreendimentos comuns, Swartz (1968) procura ampliar o universo de investigação do pesquisador para além da ação dos atores, englobando seu repertório de valores e significados, assim como seus relacionamentos internos e externos. É importante frisar que uma das preocupações centrais desses antropólogos era expandir o conceito de atividade política para além das fronteiras das esferas de atuação do Estado.

De acordo com Kuschnir (2005) é na prática política que é possível observar como se atualizam as diferenças culturais entre os espaços sociais da cidade. Para a autora as motivações políticas dos atores sociais estão densamente relacionadas à sua sociabilidade, crença religiosa e visão de mundo. Assim sendo, a organização do espaço urbano reflete essa cosmologia e acaba por moldar também o exercício da política. Ainda em concordância com a referida autora:

Chamo a atenção para a existência de uma certa ordem na relação entre prática política, universos culturais e espaço urbano. Embora estejamos sempre atentos para a complexidade da vida metropolitana, muitas vezes deixamos de perceber quais são as alternativas concretas de seus habitantes. No que diz respeito às opções políticas, o comportamento eleitoral – entendido aqui de uma forma ampla, e não apenas como um conjunto de números – está diretamente associado à experiência urbana e aos universos culturais e sociais a ela associados. Embora vivendo na mesma metrópole e compartilhando o pertencimento à sociedade e cultura brasileiras, os habitantes da

cidade têm diferenças significativas em termos de ethos e estilo de vida que repercutem e se expressam nas suas concepções de participação política. (KUSCHNIR: 2005, p. 22)

Os instrumentos metodológicos devem relacionar-se diretamente com os objetivos a que a pesquisa se propõe, desta forma para compreendermos se há resistência as candidaturas femininas, por parte dos eleitores é preciso que se faça uma relação teórica e prática, da observação, ruptura, constatação e compreensão da realidade social.

Nosso objeto está constantemente sendo construído e apresentando novas possibilidades de investigação, pois lidamos com processos que são culturais e, ao mesmo tempo, dinâmicos, então, não podemos como pesquisadoras, nos conformarmos com o que é falado e demonstrado, devemos desnaturalizar as falas dos eleitores para que nossas reflexões sobre nossas hipóteses e objetivos possibilite a realização da pesquisa.

Quando pretendemos realizar uma pesquisa devemos deixar claro qual o método que irá nos guiar durante a investigação. Sabemos que a teoria nos oferece um caminho, e instrumentos que nos guiam para fazermos uma pesquisa adequada, pois lidamos com um objeto comum a nosso cotidiano, assim, nós pesquisadores e pesquisados somos parte de um mesmo grupo que se diferencia pelas perspectivas e visões de mundo. É nesse aspecto, que nossa pesquisa não é algo fácil de ser realizado, e precisamos de instrumentos que nos ajudem a investigar um fenômeno que contribua para a construção do conhecimento.

Desta forma, temos a pretensão de realizar a pesquisa no espaço urbano, pois é na cidade que agregam-se muitas pessoas, e com elas suas disparidades e complexidades que fomentam os conflitos e alteram também as relações sociais, neste universo, de constantes transformações, que é o universo da política.

Consideramos ainda o fato de que a cidade permite que o pesquisador circule por diferentes universos com tradições culturais e visões de mundo distintas. Muitas vezes, porém, encontramos diferentes níveis de compreensão sobre o que acredita ser o “familiar” e o “exótico” dentro da cidade.

Para Magnani (2008), o que realmente importa ao olhar antropológico não são apenas o reconhecimento e o registro da diversidade cultural (...) mas também, a busca de significados de tais ações comportamentais dos indivíduos que estão inseridos



naquele ambiente. São as experiências de vida, de sociabilidades, de crenças etc. Que só aparecem como exóticas, ou estranhas quando seu significado é desconhecido.

De acordo com as considerações de Velho (1978), ao realizar uma pesquisa qualitativa o pesquisador deve ter uma distância mínima de seu objeto, ou seja, o observador deve evitar deformações em seus julgamentos ou conclusões. Pois, para este autor tanto no familiar como no exótico sempre terão informações filtradas por um determinado ponto de vista do observador, sendo percebida de maneira diferenciada. Na posição de pesquisadora devemos praticar um distanciamento, abdicar dos estereótipos, estranhar o familiar; devemos considerar que o outro sempre surpreende e não ser arrogantes achando que sabemos tudo sobre aquele lugar, contudo é preciso primeiramente conhecer, dependendo de sua interação.

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (VELHO, 1978, p.39)

Ainda em relação a este tema, busco em Roberto da Matta (1978), que o etnólogo deve realizar uma dupla tarefa em função de transformar o ambiente de pesquisa exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico. Para isso ele aponta em seu trabalho duas transformações fundamentais para o ofício do etnólogo;

O problema é, então, o de tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder – como etnólogo – estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação (MATTA, 1978, p.29)

A pesquisa de campo, a construção e reflexão acerca do “outro”, é algo árduo e repleto de dificuldades. A coleta de dados, a análise e problematização dos mesmos, permite a realização do “fazer antropológico” pautado nas premissas da execução de uma pesquisa científica.

De acordo com Oliveira (1998) o trabalho antropológico é produzido a partir do caráter constitutivo do “olhar, do ouvir e do escrever”, elaborando assim, o conhecimento que é próprio das Ciências Sociais. Desta forma, questões epistemológicas condicionam a investigação empírica tanto quanto na construção do texto, resultando na pesquisa.

Assim, com base nessas premissas metodológicas, para a realização desta pesquisa buscamos informantes/eleitores, com objetivo de realizar entrevistas abertas e semi-estruturadas. Entrevistamos 16 eleitores no município de Campina Grande<sup>8</sup> (escolhidos por zonas eleitorais, diferenciados por sexo, idade, escolaridade e classe social). Diante de um quadro crítico, vivenciado em nosso país, no campo político, social e econômico, muitos eleitores apresentaram um sentimento de descrédito na política, dificultando assim nossa pesquisa. Muitos preferiram não se pronunciarem em relação a esse tema; ou, quando aceitaram falar em política, muitos apresentaram um sentimento negativo e até agressivo. Outros ainda conversaram conosco, no entanto, não permitiram que usássemos o gravador.

Nosso intuito é apresentar, a partir das técnicas e métodos das pesquisas qualitativas, as narrativas, os significados, as motivações, os valores e crenças, que não se reduzem apenas as questões quantitativas, pois estão ligadas a particularidade de cada eleitor.

Outro artefato metodológico utilizado em nossa pesquisa são recortes dos principais trabalhos já publicados no Brasil referentes ao tema escolhido e que são dotados de informações relevantes e capazes de nos auxiliar durante a elaboração de nossa pesquisa. Podemos citar os seguintes autores: Barreira (2008), Weber (2004), Gomes (2004), Pinheiro (2007), Rabay e Carvalho (2010), Scott (1996), entre outros, foram importantes fontes teóricas analisadas. Utilizamos também dados estatísticos disponíveis no site do TRE – PB (Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a fim de entrelaçar esses dados com os dados coletados através das entrevistas.

Com base no exposto, dividimos nossa dissertação em três capítulos:

O primeiro, intitulado “**Lutas e conquistas: um breve histórico da busca pela participação política das mulheres**” realizamos um levantamento sobre a História da

---

<sup>8</sup> A cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, situa-se no Agreste da Borborema. Está localizada há 130 km da capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. Possui uma população estimada (2016) de 407.754 habitantes e apresenta uma área da unidade territorial (2015) 593,026 (km<sup>2</sup>). Fonte: site [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)

inserção da mulher na política, desde meados do século XIX até a atual eleição de 2016, no âmbito Nacional, Estadual e Municipal, enfatizando as lutas e conquistas das mulheres em busca de sua autonomia política nesse ambiente “Democrático”.

No segundo capítulo, intitulado “**O voto e suas narrativas**” apresentamos um breve histórico acerca do processo de implantação do voto no Brasil, como também a análise das narrativas dos eleitores entrevistados sobre a importância da prática do sufrágio universal, buscando compreender os sentidos e significados que influenciam os eleitores a decidirem em quem votar.

O terceiro capítulo, intitulado “**Motivações do voto: Uma análise acerca da resistência a candidaturas femininas**” procuramos entender, através das falas dos nossos informantes, quais os principais motivos que levam esses eleitores a votar ou não em determinado candidato, apresentando as variáveis mais comuns que perpassam essas motivações; procuramos perceber se o que motivam essas escolhas perpassam pela categoria gênero, apresentando assim uma resistência a candidaturas femininas.

Por fim, nas **Considerações Finais**, apresentamos os principais resultados a que chegamos. Esperamos que essa dissertação sirva de incentivo à curiosidade acadêmica e que, sobretudo, suscite outros estudos na área de Cultura e Política, com especial atenção a subrepresentação feminina nos espaços de poder.

## **A PESQUISA**

Concomitantemente às realizações de leituras, demos início à pesquisa e a efetivação das entrevistas. Como já citado, aplicamos um roteiro semi-estruturado a fim de transparecer não uma entrevista, mas sim uma conversa com nossos informantes. Para isto, procuramos visitar locais públicos da cidade de Campina Grande, com intuito de abordar eleitores com diferentes idades, sexo, classe social, religião, de distintos bairros desta cidade.

No início da nossa pesquisa, em meados no mês de Junho de 2016, começamos a frequentar o Parque da Criança, localizado no bairro do Catolé, as margens do Açude Velho. Nesta área, predominam as pessoas interessadas na prática de exercícios físicos e para o lazer.

Então comecei a frequentar aquele espaço, pela manhã, com intuito de me aproximar das pessoas que ali praticavam caminhadas todos os dias. Mais ou menos em uma semana conheci algumas pessoas, e conversando com elas, falamos um pouco

sobre política, daí, conseguimos alguns informantes. Alguns não quiseram ser entrevistados, mas davam suas opiniões sempre que conversávamos.

Comecei a frequentar o parque da criança também aos domingos e em dias que eram promovidos eventos sociais, pois o público que se fazia presente nesses dias era diferenciado, e de todos os bairros desta cidade.

Além do Parque da Criança também frequentamos outros locais públicos como o Terminal de Integração, a Praça da Bandeira e Calçadão da Cardoso Vieira (pontos bem conhecidos e frequentados de Campina Grande). Participamos de alguns eventos políticos a fim de averiguar como os eleitores desta cidade estavam se envolvendo nessas eleições. Já que em Campina Grande, os eleitores são muito fervorosos, “vestem”, literalmente, “a camisa do candidato”, e os defende. Nesses eventos observamos como eram a postura dos candidatos a esse pleito, as estratégias para adquirir votos, as promessas, a compra de votos, etc.

Com alguns informantes conversamos no local mesmo, outros marcamos entrevista em locais desejados por eles, em suas residências ou locais de trabalho. Teve, até um caso em que a informante era cabelereira e comparecemos ao seu salão, fomos cortar os cabelos, como também realizar mais uma entrevista.

Na Praça da Bandeira e no Calçadão da Cardoso Vieira o ritmo era diferente pois a maioria das pessoas que ali frequentam, são homens, idosos, que muitas vezes estão ali para passar o tempo, alguns vendedores ambulantes, etc. Então todos queriam falar sobre política, e ainda mais num período que antecedia as eleições municipais de 2016 e estava em andamento o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Frequentamos também alguns bares e restaurantes, localizados próximo da minha residência, no bairro do Catolé, pois comecei a perceber que alguns candidatos do bairro se reuniam com suas equipes de *marketing* nesses locais com intuito de se aproximarem dos eleitores, para adquirir votos, para transmitir a imagem que são do “povo” e iguais a todos. Presenciamos, por diversas vezes, candidatos bebendo com eleitores, pagando rodadas de cervejas e até jogando partidas de dominó.

Tivemos algumas dificuldades em relação à coleta de dados, pois muitos informantes não queriam que sua fala fosse registrada em algum aparelho que pudessem registrar suas narrativas, como já pontuamos alhures. Mesmo explicando à temática e os motivos pelos quais estávamos gravando, nem sempre tivemos o consentimento do eleitor. Sempre pedimos sua autorização, deixando-os a vontade caso não desejassem. Tivemos os cuidados necessários para deixar claro para o entrevistado o nosso

comprometimento ético com os dados coletados, não seria preciso se identificar, pois utilizamos nomes fictícios para identificação de cada eleitor, nem expor nomes de candidatos em que iriam votar. Alguns queriam responder questionário, outros que aceitaram registrar sua fala, como estávamos em um ambiente público e movimentado, o barulho, também atrapalhou um pouco, principalmente no momento da transcrição.

Outro caso foi de um entrevistado que chamou amigos para opinarem sobre as questões abordadas juntamente com ele; formando assim uma entrevista coletiva, o que não se enquadra em nossa metodologia. Mesmo assim, aceitamos aquelas opiniões, pois nos fizeram refletir sobre diversos impasses na política de nossa cidade.

Percebemos que muitos eleitores, permaneciam com um certo “sentimento de curiosidade”. Em alguns momentos, o pesquisador no exercício de questionar, também passa a ser questionado em relação ao tema explicitado. Tivemos uma informante que ao responder as questões, sempre perguntava se estava respondendo certo, se estava bom.

Como nossas entrevistas foram realizadas próximo do período eleitoral, algumas pessoas se recusaram a falar, porque achavam que se tratava de pesquisas eleitorais, e que eu iria de alguma forma, pedir voto para algum candidato etc. E mesmo nós explicando que não se tratava de uma pesquisa dessa natureza, algumas informantes apresentaram um sentimento de raiva, receio e descrença perante a política do nosso país.

Por outro lado, tivemos bons momentos em nossa pesquisa, visitamos a residência de algumas pessoas, fomos em ambiente de trabalho, fizemos amizades que, certamente, perdurará além da pesquisa. Informantes que se propuseram a “ajudar” se for preciso, mais alguma informação.

Nosso intuito foi também analisar os eleitores da cidade de Campina Grande, selecionados, a partir dos locais onde vivem, a fim de comparar seus posicionamentos a partir de suas realidades sócio-econômicas. Fica evidente, que adesão a algumas práticas, ou a determinados candidatos, se materializam a partir do território habitado. De acordo com Kuschnir (2007, p.50) “os habitantes da cidade têm diferenças significativas em termos de *ethos* e estilo de vida que repercutem e se expressam nas suas concepções de participação política”.

## **CAPÍTULO I: LUTAS E CONQUISTAS: UM BREVE HISTÓRICO DA BUSCA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES**

Informamos que o texto abaixo sobre a História da participação política das mulheres, buscamos tais informações do texto “Participação Feminina No Debate Público Brasileiro” das autoras Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco.

No século XIX, a atuação feminina nas áreas literárias, educacionais e artísticas no Brasil já se dava de forma efetiva e constante. Porém, seus nomes foram esquecidos, ou até mesmo excluídos dos cenários intelectuais e políticos do país.

Em pesquisas Históricas mais recentes, essas mulheres aparecem como indivíduos que pensavam e agiam de acordo com a sua época e, assim entre outras atividades, também envolviam-se com política.

Política não se restringe à esfera do estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Também há política nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações (espontâneas ou organizadas). (PRADO E FRANCO, 2013, p. 195)

De acordo com Prado e Franco (2013, p.195) o envolvimento de mulheres nesta época se deu de forma mais intensa do que se tem assinalado e não apenas a partir do final deste século, com o destaque das lutas sufragistas<sup>9</sup>. Essas autoras procuraram compreender determinadas atitudes, comportamentos e decisões tomadas por mulheres brasileiras no século XIX, através de um rol de textos escritos da época, que englobam biografias, romances, ensaios, relatos de viagens e artigos de imprensa, abrangendo assim, o envolvimento e a participação feminina com as questões de ordem pública da época.

Segundo essas autoras, há registros de participação feminina em movimentos históricos como na Revolução Pernambucana de 1817, onde, destacou-se a figura de Bárbara de Alencar, chamada de “Stael brasileira” e a “primeira mulher política e presa no Brasil”. Bárbara de Alencar nasceu em Pernambuco em 1760; ao se casar, mudou-se para a vila do Crato, no Ceará. Aos 57 anos, engajou-se com o irmão e três filhos na Revolução de 1817, defendendo a independência e as idéias republicanas. Ela também participou ativamente do movimento que proclamou a República no Crato. Pouco

---

<sup>9</sup> Ver RABAY, Gloria. CARVALHO, M.E.P. Mulher e Política na Paraíba: Histórias de Vida e Luta. Editora Universitária da UFPB, 2010

depois Barbara foi presa e transferida primeiramente para Fortaleza, em seguida para Recife e finalmente para Salvador. Libertada em 1820. Em 1824, envolveu-se na epopeia da Confederação do Equador e em 1832 morreu no Piauí<sup>10</sup>.

No processo de Independência do Brasil, as mulheres que se destacaram nesta conquista foram louvadas na História escrita como “heroínas da Pátria”. O principal destaque foi Maria Quitéria de Medeiros, afamada por se vestir de soldado (representada como General Madeira) para lutar nas batalhas pela Independência.

Maria Quitéria nasceu em Cachoeiro na Bahia, em 27 de Julho de 1792, teve sua infância no sertão, não sabia ler nem escrever, mas sabia manejar armas de fogo, montar, caçar e escutar Histórias sobre a opressão de Portugal. Ao ouvir as palavras de um defensor da independência, hospedado em sua casa, decidiu-se lutar como soldado. Ela cortou os cabelos, vestiu as roupas do cunhado, e ingressou como homem no Regimento de Artilharia até ser descoberta algum tempo depois. Foi transferida para o batalhao dos Periquitos e chegou a participar de algumas batalhas. Em 2 de Julho de 1823 entrou na cidade de Salvador, acompanhado pelas tropas vitoriosas. Em agosto, do mesmo ano foi recebida no Rio de Janeiro, pelo imperador, que lhe ofereceu a Condecoração de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e um soldo de alferes de linha. Posteriormente, voltou para Bahia, onde casou com o lavrador Gabriel Pereira de Brito, com quem teve uma filha, Luísa Maria da Conceição. Em 1835, já viuva, mudou-se para feira de Santana vivendo ali até o final da vida, em 1853.

A segunda heroína da Independência foi Joana Angélica de Jesus. Nascida em 11 de dezembro de 1761, em Salvador. Com 21 anos entrou no Convento de Nossa Senhora da Lapa, tornando-se abadessa em 1814. Em fevereiro de 1822, a abadessa resistiu às tropas do general Madeira que tinham como intenção vistoriar o convento a fim de encontrar soldados brasileiros lá escondidos. A abadessa foi ferida por uma arma de fogo, ao tentar impedir a ação do general Madeira e sua tropa. Madre Joana Angélica faleceu no dia posterior.

---

<sup>10</sup> Biografia elaborada por Inês Sabino



Maria Quitéria de Medeiros



Joana Angélica de Jesus

A guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, foi outro movimento que abarcou manifestações políticas femininas. De acordo com Inês Sabino, que escreveu sobre mulheres na referida guerra, duas mulheres são mencionadas: Maria Amália do Rego Barreto e outra não identificada. Essas jovens viviam no interior de Pernambuco e almejavam ir para o Paraguai como enfermeiras. Foram recebidas em Recife, no entanto, foram barradas pelas autoridades para seguirem o destino desejado, provavelmente pela pouca idade que tinham.

Outra mulher que se destacou nos escritos de Inês Sabino, foi Antônia Alves Feitosa (Jovita). Nascida no Ceará, em Brejo Seco, no ano de 1848. Criada apenas pelo seu pai, pois era orfã de mãe. Ainda jovem mudou-se para o interior do Piauí. Sabia ler e escrever e ganhava a vida como costureira. Com o início da guerra do Paraguai, seu irmão alistou-se como soldado voluntário, Jovita decidiu fazer o mesmo disfarçada de homem. Em Julho de 1865, apresentou-se como “voluntário da Pátria”. Seu disfarce foi rapidamente descoberto, mesmo assim foi aceita como recruta e partiu para o Rio de Janeiro com os demais voluntários do Piauí. Jovita foi bem aceita por populares e também por autoridades em todos os portos em que o navio atracava. Mas infelizmente, seu alistamento foi considerado ilegal.





Antônia Alves Feitosa (Jovita)

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jovita\\_Feitosa#/media/File:Jovita\\_Feitosa.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jovita_Feitosa#/media/File:Jovita_Feitosa.jpg)

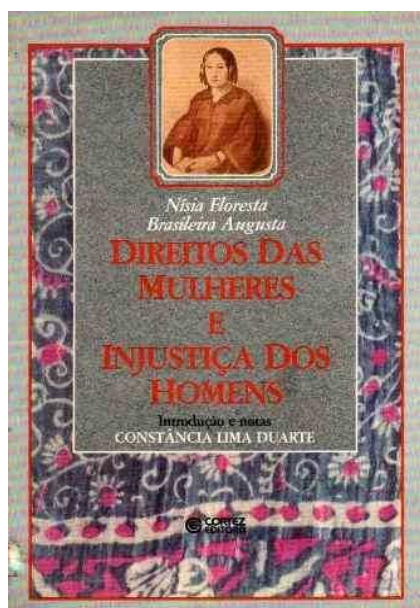
A presença das mulheres no cenário político da Guerra do Paraguai despertou o interesse dos jornais e em escritores como Machado de Assis, que escreve sobre o papel da mulher na guerra ou o espaço de ação das mulheres na guerra como: a cuidadora dos feridos, a religiosa que ora, a costureira para os soldados. De acordo com Prado e Franco (2013, p. 201) “a decisão de Jovita, e talvez de outras mulheres desconhecidas, de assumir o papel de “amazonas” o incomodou bastante e provocou sua reação”.

Na Revolução Farroupilha (1835-1845) não há registro de escritores do século XIX. De acordo com as autoras, algumas mulheres se fizeram presentes também neste movimento político radical, com o intuito de propor a ruptura com o Império Brasileiro e a Proclamação da República. Algumas poetisas e escritoras se destacaram nesta época, foram: Delfina Benigna da Cunha, posicionando-se favorável a monarquia, dedicou poemas religiosos ao imperador; Maria Josefa Barreto, fundadora de dois jornais manifestou-se contra revolucionário Bento Gonçalves; Ana Eurídice Baranga publicou o panfleto Diálogos (1836) em defesa da participação política das mulheres e da liberdade de expressão do sexo feminino; Maria Josefa da Fontoura Palmeiro, a favor da Farroupilha, levava pessoalmente informações a Bento Gonçalves durante o conflito; Bernardina Barcellos de Almeida e Clarinda Porto de Fontoura eram casadas com líderes Farroupilha, ambas apresentavam seus interesses políticos através de cartas direcionadas aos seus maridos.

Diante dessas informações fica evidente a participação de algumas mulheres no cenário público da época, contribuindo assim, para uma relativização da imagem das mulheres como frágeis e desinteressadas pela política, marcadas pelo tradicionalismo educacional e caladas pelas repressões de seus pais e maridos.

Outra escritora com destaque nesta época foi Nísia Floresta, considerada por muitos como a primeira feminista brasileira. Sua luta se realizou em prol da capacitação intelectual das mulheres e o direito à educação.

Nísia publicou em 1832 um livro intitulado “Direito das mulheres e injustiça dos homens”; Em 1838 fundou no Rio de Janeiro o colégio Augusto, voltado para educação das meninas; Publicou obras com conteúdos doutrinários que abordavam a temática feminina, destacando o papel da maternidade na formação dos filhos e que criticavam as precárias condições educacionais existentes, que afetavam, sobretudo, as mulheres. Em 1859 escreveu o ensaio “A mulher” que aborda a defesa de posições tradicionais em relação aos papéis sociais da mulher, reafirmando valores consolidados, como a associar as mulheres a tarefas domésticas e a educação dos filhos, a modestia.



Fonte: <http://blogdotataritaritata.blogspot.com.br/2015/10/drummond-lorca-nisia-lobato-nise.html>

De acordo com Prado e França (2013) Nísia não tinha a intensão de reproduzir o pensamento dominante, machista e hegemônico da época. Ela almejava subverter a ordem estabelecida.

Diversas mulheres também participaram ativamente do movimento abolicionista no país, as de maiores destaque foram: as cariocas Narcisa Amália e Chiquinha

Gonzaga; as baianas Inês Sabino e Ana Autran; as gauchas Revocata de Melo, Ana Aurora do Amaral Lisboa e Luciana de Abreu; a cearense Emília de Freitas e as pernambucanas Maria Amélia de Queiroz e Leonor Porto.

Distintas estratégias foram utilizadas por elas para acometer o sistema escravista, tais como, a criação de associações em prol da abolição e promoção de eventos beneficentes, com o intuito de arrecadar fundos a serem revertidos na alforria dos escravos. Esses eventos apresentavam variados gêneros, passando pela poesia e pelo romance. Nesta época, os romances eram uma poderosa arma política, devido a sua possibilidade de divulgar histórias com enredos dramáticos, retratando a situação dos cativos como sofrendores, injustiçados e excluídos da sociedade. Tinham como finalidade conquistar adeptos favoráveis ao abolicionismo. Podemos exemplificar através do romance *Úrsula* (1859), escrito por Maria Firmina dos Reis que denunciava e contestava em sua obra as atrocidades do sistema escravista.

De acordo com Vaz (2008, p. 19), a luta pelo fim da escravidão atraiu muitas mulheres, que até então, não haviam participado da esfera política de forma tão intensa e organizada. Para ela, “a luta contra a sujeição do negro fez com que a mulher tomasse consciência da sua própria sujeição”.

## **1.1 – O FEMINISMO SUFRAGISTA**

O movimento sufragista se originou com campanhas realizadas a partir de meados do século XIX, para garantir as mulheres da Inglaterra e dos Estados Unidos algo até então inédito: o direito ao voto. Esse movimento teve grande impacto no Brasil, pois destacava o sufrágio brasileiro, que se espalhou em princípios republicanos e democráticos, ao qual enfatizava o princípio da igualdade.

No final do século XIX e início do XX, havia publicações que expressavam as diversas concepções de um novo papel feminino na sociedade brasileira defendendo a emancipação feminina em diferentes aspectos e intensidades. De acordo com Coelho e Baptista (2009), este período foi marcado por muitas transformações sociais que, espontaneamente, trouxeram questionamentos sobre uma envoltura adequada da mulher na nova estrutura social. Neste mesmo período, as idéias feministas de emancipação política encontraram voz no Brasil através das “sufragistas”.

Inúmeras campanhas foram organizadas em países da Europa e da América, onde se buscava uma mobilização pública e o apoio de parlamentares e partidos políticos em favor da luta pelo voto feminino.

A luta pela conquista dos direitos políticos das mulheres se deu de forma mais contundente no final do século XIX. Com a proclamação da República em 1889, o processo de engajamento das mulheres na luta por seus direitos políticos apresentou rumo mais acelerado.

Na constituição de 1891 foi promulgada a determinação que o corpo de eleitores e de elegíveis deveria ser formado por cidadãos do sexo masculino alfabetizado e maiores de 21 anos. Esta decisão afirmava o não reconhecimento dos constituintes em relação aos direitos políticos das mulheres. O artigo 70 desta constituição determinava serem eleitores, “os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma de lei”. O primeiro parágrafo deste artigo informava sobre a impossibilidade de votarem: “os mendigos”, os analfabetos, os praças de pré<sup>11</sup>, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer dominação, sujeitas a voto de obediência, regras ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual. O segundo parágrafo definia como ineligíveis os cidadãos não alistáveis<sup>12</sup>.

Com isso, várias mulheres contestaram essa determinação a fim de defenderem seus direitos de participarem da política. Algumas até tiveram a iniciativa de solicitarem alistamento eleitoral e até de lançarem suas candidaturas, como a advogada Maria Augusta Meira de Vasconcelos, e a dentista Isabel de Sousa Matos. Elas tentaram o alistamento eleitoral, mas lhe foram negados. A Baiana Isabel Dillon apresentou-se como candidata a Constituinte, mas também não obteve êxito. Essas e outras atitudes foram executadas a fim de protestar contra a ordem vigente e de pressionar as autoridades da época, com intuito de adquirirem o direito de participação na política.

Nesta época foi lançado um periódico intitulado: “A Família”, por Josefina Alves de Azevedo, considerado um dos periódicos mais radicais dentre os demais da época em relação à luta pelos direitos e a emancipação feminina. Referência à participação política e as conquistas das mulheres, informando sobre as primeiras mulheres a concluírem escolas de ensino superior no Brasil, abordando a situação delas

---

<sup>11</sup> Os praças de pré ou de pret eram os militares que pertenciam a uma categoria inferior da hierarquia militar, ou seja, aqueles militares que não possuíam patente oficial.

<sup>12</sup> Ver: PINTO, Celi Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003

mulheres em outros países, como a Inglaterra, onde mulheres trabalham em repartições públicas; o apoio ao divórcio quando sustentado em consenso mútuo; defendem a importância da autonomia financeira da mulher e, portanto, a necessidade de a mulher trabalhar fora de casa; legitimam as mulheres o direito de votarem, condenando assim as proibições impostas àquelas que tentam exercer os direitos eleitorais. Josefina, também escreveu, em 1890, uma peça teatral, intitulada “O voto feminino” retrata, em seu enredo, casais discutindo; mulheres defendendo seus direitos políticos e a igualdade entre os sexos e os homens repudiando essa luta; a inversão dos papéis tradicionais de homens e mulheres. A possibilidade dos homens terem que dividir o poder com as mulheres, e eventualmente, desempenhar atividades tidas como femininas. Esta obra chama a atenção para o fato de que as mulheres desempenham atividades intelectuais nem sempre reconhecidas.



<https://blogdabn.wordpress.com/2017/03/24/fbn-documentos-literarios-josephina-alvares-de-azevedo-jornalista-e-dramaturga>

Desta forma, o movimento feminista ganhava força, através de ações como a da Professora Leolinda Daltro, a qual fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino

com objetivo de fazer ressurgir no Congresso o debate sobre o voto feminino. Organizou também, em 1917, uma passeata com 84 mulheres, surpreendendo toda a população carioca. Neste mesmo ano, o deputado Maurício de Lacerda apresentou a Câmara um projeto de Lei que estabelecia o sufrágio feminino (projeto esse que não chegou a ser discutido).

Em 1919 houve a votação de um projeto similar encaminhado pelo parlamentar Justo Chermont ao senado. Para acompanhar a votação, Leolinda e um grupo de mulheres se fizeram presentes.

Neste período, a sociedade brasileira, autoridades e políticos, formavam uma oposição as reivindicações femininas, pois consideravam as mulheres, a partir de suas características biológicas, como seres frágeis, com menor capacidade intelectual, portanto, inadequadas para as atividades públicas, restringindo-as ao espaço privado, como o lar, onde deveriam apenas exercer atividades voltadas para esse âmbito, como por exemplo, os cuidados com a família.

Bertha Lutz foi outro importante nome, na luta a favor da emancipação feminina. Bióloga foi aprovada em primeiro lugar no concurso para o museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil. Ela conseguiu juntar um grupo de mulheres que tinham o pensamento semelhante ao seu e tornou-se uma das maiores referências nos movimentos de mulheres da época; organizou, juntamente com suas companheiras, associações; fizeram pronunciamentos públicos; escreveram artigos e concederam entrevistas aos jornais em busca do apoio de lideranças e da opinião pública; procurou pressionar parlamentares e demais autoridades ligadas à imprensa.

Neste período, destacaram-se também mulheres ativistas que mencionavam bandeiras mais radicais, tais como a defesa do amor livre e o controle da natalidade. Outro foco da militância de Bertha foi às condições de trabalho das mulheres pobres, fazendo surgir associações de classe para diversas categorias profissionais. Em 1922, Bertha lutou junto ao conselho municipal, em prol das empregadas do comércio, reivindicando a redução da jornada de trabalho de 13/14 horas diárias para 8 horas.



Bertha Lutz



Maria Lacerda de Moura

Neste mesmo ano, foi criada a Liga para emancipação Intelectual da mulher, por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Esta liga funcionava como um grupo de estudo e tinha como objetivo proporcionar uma educação racional a fim de contribuir para a emancipação intelectual das mulheres. Já que a educação nessa época funcionava da seguinte forma: os rapazes cursavam o ensino secundário e ao concluírem, tinham a possibilidade de ingressar aos cursos superiores. Já as moças que davam continuidade aos estudos eram encaminhadas para as escolas normais (destinadas ao magistério elementar) com intuito de prepara-las para os cuidados com o lar. Algumas poucas cursavam o ensino secundário em colégios privados, a maioria de cunho religioso e posteriormente ingressavam no ensino superior (conquista efetivada a partir de 1879 para pouquíssimas mulheres, só as ricas e brancas tinham acesso ao ensino superior).

Maria Lacerda de Moura discordava da prioridade dada à luta pelo direito de voto, considerando que esta beneficiaria principalmente as mulheres dos segmentos médicos, sem provocar maiores alterações na estrutura social do país. Opunha-se a igreja e ao capitalismo, criticava a dupla moralidade vigente e a hipocrisia reinante na organização da família com seu complemento: a prostituição. Preocupava-se com questões polêmicas da época, como a sexualidade e o corpo, além de ser adepta ao anarquismo. Esta se distanciou das demais feministas, (inclusive de Bertha Lutz) por serem, em sua maioria de segmentos médicos e de classes elevadas, e por apresentar-se contrária as bandeiras mais radicais.

## 1.2 A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES PARAIBANAS

Na década de 1920, o “Sufragismo<sup>13</sup>” tornou-se uma expressão política organizada por meio da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922. A partir disso, surgiram em vários Estados as Ligas e Associações pela Emancipação Política. De acordo com Rabay e Carvalho (2010), na Paraíba e em outros Estados era frequente associar-se a imagem de sufragista como uma revoltada que aguçava a rivalidade masculina. Para as autora, esse fato acalorava os circuitos políticos e culturais na capital paraibana, principalmente nos setores identificados com os Movimentos Tenentista<sup>14</sup>, Modernista<sup>15</sup> e Socialista<sup>16</sup>.

A década de 1920 foi politicamente movimentada na capital Paraibana, com acontecimentos que marcaram a História da Paraíba, fatos como a Revolta de Princesa, o assassinato de João Pessoa e a Revolução de 1930.

Em 1928, neste Estado, quando teve o início do governo de João Pessoa, foi implementada uma reforma tributária, não agradando aos coronéis da época, e que resultou num conflito entre as classes dominantes. A imprensa oficial, através do jornal “A União”, registrou a tímida presença feminina em todos os acontecimentos políticos.

Em 1929 mulheres se integraram a Campanha da Aliança Liberal e em cinco de Janeiro de 1930 fundaram, em Campina Grande, a Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão, que tinha como objetivo a propagação das idéias da Aliança Liberal e a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência do Brasil. Neste período, a imprensa enfatizava também, as manifestações cívicas realizadas pelas mulheres para homenagear o Presidente João Pessoa.

O voto feminino foi uma conquista pela qual se lutou desde a elaboração da constituição de 1891, no entanto, apenas em agosto de 1931, o código eleitoral provisório permitia as mulheres o direito de votar, restrito as solteiras ou viúvas com

---

<sup>13</sup> Sufragismo: Movimento de luta pelo voto das mulheres. Ver Rabay e Carvalho (2010)

<sup>14</sup> Tenentismo era a denominação de um movimento político militar, ocorrido na década de 1920, que envolveu jovens oficiais e, em particular, os tenentes. Através da luta armada, eles pretendiam tomar o poder e empreender reformas, tais como a eliminação da corrupção eleitoral, a instituição do voto secreto (inclusive para as mulheres), e a instalação do nacionalismo econômico.

<sup>15</sup> Modernismo foi o movimento cultural que rejeitou os subterfúgios e artifícios literários presentes nas correntes anteriores. No Brasil, o marco do Modernismo foi a Semana da Arte Moderna, realizada em 1922, que propõe o rompimento com o tradicionalismo cultural e defendeu uma estética brasileira.

<sup>16</sup> Socialista era inspirado no modelo soviético de desenvolvimento econômico têm defendido a criação de economias de planejamento central dirigido por um Estado que controla todos os meios de produção.



renda própria ou as mulheres casadas com a permissão do marido. Em 24 de fevereiro de 1932, as brasileiras obtiveram o direito de votar, em igualdade de condições com os homens. De acordo com Coelho e Baptista (2009), até então, em todo Ocidente apenas no Canadá, Estados Unidos e Equador as mulheres podiam votar. Alguns países europeus reconheceram esse duplo direito (votar e ser votada) posteriormente ao Brasil, como por exemplo, a França em 1944 e a Itália em 1945. Tal conquista deve ser também atribuída à mobilização das mulheres em organizações femininas e à perseverança e ousadia das feministas. Ficaram excluídos apenas os analfabetos e a idade mínima foram reduzidos para dezoito anos.

Com o crescimento do engajamento político das mulheres, na Paraíba, em 1933, incidiu à fundação da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino (APPF<sup>17</sup>). Esta associação foi criada em 11 de março de 1933, sendo instalada no mês seguinte deste mesmo ano, em João Pessoa, capital paraibana. A associação tinha como referência a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) de 1922, que tinha como objetivo a luta pelos direitos das mulheres brasileiras, principalmente o direito ao voto, estabelecendo ações para a emancipação feminina, e o acesso da mulher à educação.

A primeira diretoria foi composta por Lylia Guedes como Presidente; Olivina Carneiro da Cunha, como Vice-Presidente; Alice de Azevedo Monteiro como secretária, Albertina Correia Lima como oradora, Francisca de Ascensão Cunha, como tesoureira e Analice Caldas, como bibliotecária. Não apenas essa primeira diretoria, como também as subsequentes eram compostas por mulheres da elite pessoense e com certo prestígio na sociedade paraibana. Pela atuação no sistema educacional local, contava com o apoio do Governo e da imprensa. Desde a criação da APPF, as sócias passaram a ser destaque nas páginas do jornal A União, por meio de participações espontâneas e eventuais. As mulheres conseguiram um espaço nesse órgão da imprensa oficial paraibana divulgando suas idéias, na página feminina do referido jornal, através das publicações de poesias, contos, artigos, notícias de eventos, campanhas e cursos promovidos pela APPF. Além das atuações na imprensa, essa entidade empreendeu muitas campanhas humanitárias e

---

<sup>17</sup> Com o direito ao voto já conquistado, a Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino traçou novas propostas:

- \* Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
- \* Proteger as mães e a infância;
- \* Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- \* Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orienta-las na escolha de uma profissão e
- \* Estimular o espírito de sociabilidade, de cooperação entre as mulheres, interessa-las pelas questões sociais de alcance público ( A União, 7 de fevereiro de 1933, p.8)

de cunho social. Mesmo assim, a oposição ao feminismo se fazia sentir e foi acusada de ser comunista e de propagar idéias contrárias ao catolicismo.

A primeira Página Feminina foi publicada no dia 20 de agosto de 1933 e a partir dessa data, as publicações funcionavam com uma frequência irregular com espaço de tempo entre 10 e 30 dias. De acordo com Machado e Nunes (2007), a última Página Feminina localizada foi em 05 de agosto de 1939, tais publicações desapareceram sem nenhuma explicação das edições posteriores do jornal citado. Enquanto esteve ativa, a Página Feminina funcionou como veículo de divulgação do pensamento das associadas em relação aos mais diversos assuntos. Não só as componentes da direção escreviam, mas qualquer sócia poderia se manifestar sobre qualquer assunto, ou publicando textos literários. A APPF ainda atuou durante toda a década de 1930, mas foi enfraquecendo sequentemente. A página feminina foi substituída pela coluna “Do Lar e da Mulher”, com objetivos mais amenos. A partir de 1945 não se teve mais registros da APPF na imprensa. Rocha e Farias (2000).

### **1.3 CADÊ AS MULHERES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA?**

A primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita no Brasil foi Luísa Alzira Teixeira Soriano, em 1928, na cidade de Lages no interior do Rio Grande do Norte, pelo Partido Republicano. Alzira foi eleita, através de eleições indiretas, por um colegiado de delegados e exerceu o cargo por apenas um ano. Em 1930, descontente com a eleição de Getúlio Vargas, ela deixou a função. Apenas dois anos depois, em 1932, mulheres conquistariam o direito de votar. Em 1947, Luísa Alzira voltou a exercer um mandato de vereadora do município de Jardim de Angicos, cargo para o qual foi eleita três vezes.



Posse de Alzira Soriano em 1929

Fonte: lagorudolfo.wixsite.com

Apenas na constituição de 1934 foi instituído para as mulheres o direito de votar e ser votada. Carlota Pereira Queiroz<sup>18</sup> foi à primeira mulher eleita deputada federal no Brasil. A política entrou em sua vida durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o Estado de São Paulo rebelou-se contra o governo provisório de Getúlio Vargas. Junto com a Cruz Vermelha paulista, ela organizou um grupo de 700 mulheres para dar assistência aos feridos. Além de prestígio, esse trabalho garantiu a ela uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte, sendo empossada em novembro de 1933. A parlamentar elaborou o primeiro projeto sobre a criação de serviços sociais no país. Após a promulgação da nova Carta, em 1934, elegeu-se novamente, e exerceu o mandato até a decretação do Estado Novo e o fechamento do Congresso Nacional por Getúlio Vargas, em novembro de 1937. Fundadora da Associação Brasileira de Mulheres Médicas, e membro da Academia Paulista de Medicina e da Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, Carlota também trabalhou em hospitais alemães, franceses e suíços. Foi à primeira deputada federal da História do Brasil, eleita pelo Estado de São Paulo. Neste mesmo ano, fez a voz feminina ser ouvida no Congresso Nacional. Apesar da expressiva ação da APPF nos meios sociais mais abastados, nenhuma mulher se candidatou, na Paraíba, na eleição seguinte. Em outros Estados, nove mulheres se elegeram Deputadas Estaduais, foram elas: Quintina Ribeiro (SE), Antonieta de Barros (SC), A primeira Deputada negra, Lili Lages (AL), Maria do Céu Fernandes (RN), Maria Luísa Bittencourt (BA), Maria Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo (SP), Rosa Castro (MA), Zuleide Bogéa (MA)<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> [www.mundomulher.com.br/?pg=17&sec&sub=29&idtexto=13390&Keys](http://www.mundomulher.com.br/?pg=17&sec&sub=29&idtexto=13390&Keys).

<sup>19</sup> Schumacher, (2003 p.36)



Carlota Pereira de Queiroz

Fonte: peregrinacultural.wordpress.com

No período de 1937 a 1945, não havia nenhuma representante do sexo feminino, pois, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas e o término da Segunda Guerra Mundial, voltou a prevalecer uma valorização do papel feminino associado ao lar (mãe, esposa e dona-de-casa) enquanto que para o homem esperava-se cumprir o papel de provedor da família.

Neste período as organizações de mulheres perderam a força e praticamente desapareceu sob o medo e a perseguição política que abateram o país. Foi à vez das mulheres populares e de classe média ocuparem o cenário político, especialmente contra a carestia, no final da década de 1940 e durante toda a década de 1950.

No final de 1945, com o fim do Estado de Vargas, ocorreram eleições para a Constituinte de 1946, onde nenhuma mulher foi eleita, apesar de terem sido lançadas dezoito candidaturas femininas em todo o País (Tabak, 1987), entre elas duas paraibanas: Neusa Vinagre de Andrade, que também foi pioneira entre as mulheres formadas em medicina no Nordeste, pelo (PDC) – Partido Democrático Cristão e Luzia Ramalho Clerot, mãe do ex-deputado federal José Luiz Clerot, do Partido Comunista do Brasil (PCB). Neusa Vinagre obteve 356 votos e Luzia Ramalho recebeu apenas 28 votos. Neste ano não houve eleições para as Assembléias Estaduais.



Neusa Vinagre de Andrade

Fonte: <http://www.lenildoferreira.com.br/2010/10/reportagem-parte-3-as-pioneiras-da.html>

Depois da ditadura de Vargas, a primeira Legislatura Estadual, aconteceu em todo País em 19 de Janeiro de 1947, sendo diplomados, nove dias depois o Governador e os Deputados Estaduais. Nessa eleição, na Paraíba, apenas uma mulher disputou o parlamento, mas não teve êxito: Maria Augusta de Oliveira<sup>20</sup> foi dirigente do Partido Comunista na Paraíba, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e dos eventos de 1935. Na década de 1950, organizou uma associação de mulheres em João Pessoa. Participou do Grupo de Familiares de Presos Políticos, do Comitê Brasileiro pela Anistia e do Movimento Feminino Pela Anistia. Na década de 1970, fez parte do Centro da Mulher Brasileira, obteve 106 sufrágios, pelo (PCB), de acordo com os dados do TRE-PB foram apresentadas 149 candidaturas para esse pleito.

Nas eleições de 1950, 1954, 1958 e 1962 era notável a tímida participação das mulheres, com poucas candidaturas femininas no âmbito federal e nenhuma na Paraíba. Nesse período, apenas três mulheres ocuparam a Câmara Federal, foram elas: Nita Costa do PDT, em 1954 representando a Bahia, a baiana Neco Novais pela Aliança Trabalhista e Ivete Vargas (SP) pelo PTB. Ela foi eleita pela primeira vez com 22 anos de idade, em 1950. Ingressou na Política através de seu tio-avô Getúlio Vargas. Foi reeleita em 1954, 1958, 1962 e 1966, sendo cassada em 1969 pelo Governo Militar e novamente eleita em 1982<sup>21</sup>.

Em 1958 foi eleita Aldamira Guedes, para o cargo de prefeita na cidade de Quixeramobim, no Ceará. Aldamira foi à primeira prefeita eleita, no Brasil, através de

<sup>20</sup> SCHUMAHER & BRASIL, (2000 p.364)

<sup>21</sup> Coelho & Baptista (2009 p 91)

votos diretos. Na Paraíba, num universo de 181 homens candidatos, apenas uma mulher disputou esse pleito, Clécia Simões Lopes, não alcançando êxito.

Em 1962 o Congresso Nacional aprovou a Lei 4.121, fundada pela feminista Romy Medeiros da Fonseca. Esse Estatuto da Mulher casada que tinha como objetivo de que a mulher não mais fosse representada legalmente pelo marido, atribuindo a ela ser colaboradora dele, no seu papel de chefe de família<sup>22</sup>.

Durante a década de 1960 as reivindicações das brasileiras estavam relacionadas ao momento político, voltadas para a luta, pela abertura democrática e por demandas sociais como política salarial, melhorias nos serviços públicos, etc.

No cenário paraibano a década de 60 foi marcada por conquistas políticas, onde em 1962 foi eleita a primeira mulher prefeita da Paraíba, do município de Queimadas. Maria Dulce Barbosa, natural de Queimadas (PB). Foi à primeira vereadora prefeita eleita na Paraíba. Participou das agitações políticas dos anos 1930 e 1940, principalmente o movimento das mulheres na Paraíba. Eleita vereadora de Campina Grande por três mandatos consecutivos, chegou à prefeitura de Queimadas (PB), em 1963. Teve sua vida dedicada à política e a educação no município. Sua história foi marcada por sua personalidade forte e influente, educadora dedicada, fundou o colégio Maria Dulce Barbosa onde por muitos anos ela esteve à frente com sua irmã já falecida Maria de Lourdes, grande parte dos Queimadenses já estudou em sua escola, a exemplo do Prefeito de Queimadas Jacó Maciel<sup>23</sup>. Em Campina Grande ela exerceu durante três mandatos consecutivos o cargo de vereadora entre os anos de 1947 e 1951.



Maria Dulce Barbosa, ao tomar posse como prefeita de Queimadas – PB  
Blog do Tataguaçu: acesso em: 25/01/2015

---

<sup>23</sup> Fonte: [www.pmqueimadaspb.blogspot.com/.../maria-dulce-barbosa.htm](http://www.pmqueimadaspb.blogspot.com/.../maria-dulce-barbosa.htm). Acessado em 05/03/2014.

Nesse período em todo Estado da Paraíba a participação e atuação feminina nos espaços de poder era bem restrita, num universo predominantemente masculino. São poucos os registros de candidatas, de acordo com dados do TRE PB (Tribuna Regional Eleitoral da Paraíba) as poucas mulheres que ousavam se inserirem na política dificilmente obtinham a vitória. É relevante ressaltar que os cargos mais procurados pelas candidatas, para lançarem suas candidaturas eram para o cargo de Vereador e Deputado Estadual. No entanto, em 1962 foi registrado que houve um aumento, em todo País, em relação ao número de mulheres disputando vagas nas Assembléias Estaduais, mesmo assim, na Paraíba apenas uma mulher, num universo de 157 homens, disputou uma vaga para a Assembléia Estadual<sup>24</sup>, sem obter êxito, Elizabeth Altina Teixeira, Filiada ao (PSB – Partido Socialista Brasileiro).

Elizabeth Altino Teixeira é uma trabalhadora rural e ativista brasileira. Enfrentou a família de latifundiários ao se casar aos 16 anos com João Pedro Teixeira, trabalhador braçal, sem terra e negro. Ao lado dele, militou nas Ligas Camponesas na Paraíba fundada em 1959, na cidade de Sapé. Em 1962, seu marido foi assassinado a mando de usineiros da região<sup>25</sup>.

Depois da morte de João Pedro Teixeira, Elizabeth assume a liderança do movimento, ao lado de nomes como Pedro Fazendeiro e Nego Fuba. Foi presa por diversas vezes e, numa delas, ao retornar para casa se depara com a tragédia do suicídio da filha mais velha, Marluce, que não suportou conviver com a possibilidade de a mãe ter o mesmo destino do pai.

Em 1964, com a instalação do regime militar, Elizabeth é presa pelo Exército permanecendo oito meses na cadeia. Em liberdade, precisa fugir para não ser morta. Esconde-se na cidade de São Rafael, no interior do Rio Grande do Norte, passa 17 anos afastada da família, vivendo com a identidade de Marta Maria da Costa. Em 1981, Elizabeth foi morar em João Pessoa.

---

<sup>24</sup> Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br>

<sup>25</sup> SCHUMAHER & BRASIL, (2000 p. 192-193).



Elizabeth Altina Teixeira

Fonte: <https://DaviHolanda/posts/apsNugo9SqH>

Na década de 1970, com a proibição das esposas de políticos cassados se candidatarem, a participação feminina restringiu-se a apenas quatro candidaturas para a Câmara Federal em todo País, sendo eleita apenas uma mulher. Para as Assembléias Legislativas Estaduais candidataram-se trinta e sete mulheres e se elegeram apenas oito. Na Paraíba não houve candidaturas femininas, neste período.

De acordo com Blay (2015), nas eleições municipais de 1972, foram eleitas 60 prefeitas, e no pleito de 1976 elegeram-se 58 prefeitas em todo Brasil. Para essa autora:

Concorrer a uma eleição demanda esforços de várias ordens quando a candidata é uma mulher, pois ela enfrenta as barreiras ideológicas que definem como próprio do sexo masculino, o desempenho de papéis políticos. Daí ser extremamente surpreendente o fato de terem sido eleitas no Brasil, para a gestão 1972/1976, 60 prefeitas. Para o período 1976/1980 foram eleitas 58 mulheres. (Blay, 2015 p. 11)

Em 1974 apenas uma mulher se elegeu para a Câmara Federal, no total de quatro candidatas. Na esfera estadual, quatorze mulheres foram eleitas em todo Brasil. Na Paraíba, somente duas mulheres concorreram, com oitenta homens, a uma vaga para Assembléia Legislativa, Foram elas: Maria Barbosa pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e Ofélia Gondim, candidata pela Arena, ambas foram derrotadas.

Em 1978 teve origem o primeiro grupo feminista do Estado “O Centro da Mulher de João Pessoa, posteriormente denominada “Grupo Feminista Maria Mulher,



na onda”. Estudos indicam que, o movimento feminista nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houveram uma sequência de mobilizações e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações.<sup>26</sup> Tal grupo feminista foi resultado dos eventos de 1975, o Ano Internacional da Mulher.

Na década de 1980 com a redemocratização as mulheres apresentavam uma relevante atuação. Com o início do governo democrático, as reivindicações feministas começaram a ser levadas a órgãos públicos, como as Delegacias das Mulheres e os Conselhos Estaduais da Condição Feminina.

Em 1982 em todo o País, oito mulheres foram eleitas para a Câmara Federal e vinte e oito para as Assembléias Legislativas Estaduais. Na Paraíba, nenhuma mulher se candidatou a Câmara Federal e quatro concorreram a Assembléia Legislativa Estadual. Vani Braga, filiada ao PDS (Partido Democrático Social), e irmã de Wilson Braga, governador eleito na mesma eleição, foi vitoriosa.

Nas eleições de 1986, vinte e seis mulheres se elegeram deputadas federais, dentre elas a paraibana Lúcia Braga. Antônia Lúcia Navarro Braga é uma assistente social, advogada e política brasileira, pertencente à renomada família política, os Navarros, foi à primeira mulher a ser eleita deputada federal pela Paraíba, pelo (PFL) Partido Frente Liberal.

Lúcia Braga desde então participou de forma ativa na política paraibana. Era filiada ao PFL foi eleita deputada federal em 1986, compôs a bancada feminina e participou da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988. Naquele mesmo ano transferiu-se para o PDT pelo qual foi reeleita em 1990 votando a favor do *impeachment* de Fernando Collor em 1992 embora tenha perdido as eleições para o governo da Paraíba em 1994 e para a prefeitura de João Pessoa. Em 1996 filiando-se nos anos seguintes ao PSB e PSL pelo qual foi eleita deputada estadual. Em 1998 disputando sua última eleição em 2002 quando foi eleita deputada federal pelo PSD. Lúcia Braga sempre apresentou, no cenário político, posturas divergentes das defendidas por seu marido, Wilson Braga, demonstrando sua luta em construir uma espécie de autonomia e independência política em relação ao seu marido.

---

<sup>26</sup>Ver: RABAY E CARVALHO,(2010 p.30)



Fonte: [blogdoeginaldes.com.br](http://blogdoeginaldes.com.br)

No ano de 1986-90 a Assembléia Nacional Constituinte era composta por vinte e seis deputados federais, as quais 5,7% de mulheres, no total de 487 Deputados eleitos. Entre as eleitas estava uma paraibana, Lúcia Braga, esposa do ex-governador eleito em 1982. Mesmo em menor quantidade entre os parlamentares eleitos, foram intuídos importantes avanços em relação à ampliação dos direitos sociais e especialmente os Direitos das Mulheres. Graças à capacidade de articulação e as estratégias que assim formaram a “bancada feminina” ou a “bancada do batom”. A idéia de bancada feminina surgiu em 1987, preparando a Assembléia Nacional Constituinte, antes mesmo que o conjunto de mulheres senadoras e deputadas se auto identificasse como tal. Foram às mulheres que estavam mobilizadas em torno da Campanha “Constituinte prá valer tem que ter direitos das mulheres” e que fizeram a “Carta das Mulheres aos Constituintes” que começaram a falar em bancada feminina, inclusive dirigindo às parlamentares uma série de propostas. Elas atuavam com emendas de reivindicações dos movimentos feministas e outras de origem popular.

Foi durante o processo Constituinte, estimulado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que as Deputadas e Senadoras formaram uma aliança suprapartidária para a interlocução com os movimentos de mulheres, cuja ação na Constituinte ficou conhecida como “*Lobby do Batom*”<sup>27</sup>. No mesmo ano é formada a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

---

<sup>27</sup> Bandeiras do Lobby do Batom:

- Atuar incessantemente na defesa dos direitos da mulher;
- Licença maternidade de 120 dias;
- Direito à posse da terra ao homem e à mulher;
- Igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher;
- Garantir mecanismos para coibir a violência doméstica

Na Paraíba, em 1986, vinte mulheres se candidataram e duas foram eleitas Deputadas Estaduais: Vani Braga, reeleita pelo PFL (Partido Frente Liberal) e Geralda Medeiros filiada pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

No entanto, até o fim da década de 80 os parlamentares não atuavam de forma organizada dentro do Congresso Nacional. A constituição da Bancada Feminina, formalmente, como um coletivo organizado de mulheres parlamentares e uma instância de coordenação só aconteceu em 1999. Mesmo com sua atuação já reconhecida desde então, a Bancada Feminina define quais são os projetos prioritários, dentre os que tramitam no Congresso Nacional, para a promoção dos direitos das mulheres e acompanha de perto sua tramitação; apresenta emendas ao orçamento voltadas aos programas e políticas públicas para as mulheres e dialoga com órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário. Assim, de acordo com Janete Rocha Peitá, Deputada Federal (PT - SP) e Coordenadora da bancada feminina em 2011, ao longo de sua trajetória, a Bancada Feminina é responsável diretamente pela criação da Lei do Planejamento Familiar, bem como da Lei Maria da Penha, da vaga no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, dentre outras conquistas pelas quais o movimento de mulheres lutou ativamente.

Em 2002, sete mulheres se candidataram a Deputada Federal e apenas uma se elegeu, Lucia Braga. Na esfera estadual, 30 mulheres, entre 199 homens, disputaram uma vaga na Assembléia Legislativa, sendo seis vitoriosas. Neste ano, duas mulheres se candidataram ao Governo do Estado, Lourdes Sarmento, pelo PCO (Partido das Causas Operárias) e Maria José, pelo PGT (Partido Geral dos Trabalhadores), e duas ao senado, Dra Lígia Feliciano pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) e Tânia Brito pelo PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados).

Outro fato importante que devemos ressaltar nas eleições para a Prefeitura Municipal de Campina Grande, em 2004, pela primeira vez na História das campanhas políticas se candidataram, além de três homens, duas mulheres: Cozete Barbosa(PT) nascida em 25 de fevereiro de 1956, na cidade de Campina Grande. É formada em Ciências da Computação e trabalhou como analista de sistemas na Prefeitura Municipal desta cidade. Católica e militante das causas populares e em defesa interesses do servidor público municipal foi presidente do SINTAB durante vários anos e sempre foi filiada ao PT, partido pelo qual foi eleita vereadora por duas vezes. Em 2000, seu

partido se coligou com o grupo político Cunha Lima, a mesma foi eleita como vice-prefeita de Campina Grande, após dois anos, assumiu a prefeitura em abril de 2002<sup>28</sup>. Desta forma Cozete foi à primeira mulher prefeita de Campina Grande, ao assumir em 05 de Abril de 2002, substituindo o prefeito Cassio Cunha Lima, que se afastou do cargo para disputar o governo do Estado, nas eleições de Outubro/2002. Foi ainda a primeira mulher eleita vereadora da história do Partido dos Trabalhadores neste município, com obtenção de 3.870 sufrágios. Lídia Moura (PSB) nascida em 26 de Julho de 1965, na cidade de Regeneração, no Piauí. É formada em Jornalismo e iniciou sua vida pública aos 14 anos pelo PSB. Engajada em lutas sociais, trabalhou na Radiobrás e em vários outros órgãos de comunicação, sempre com destaque. Contribuiu para a fundação do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários e Medicamentos – Idum, defende a ampliação do acesso da população carente à remédios<sup>29</sup> (PSB).

Ao perguntar aos nossos entrevistados, se eles lembravam alguma mulher que se destacou na política aqui em Campina Grande:

Quando penso em mulher na política e penso na política de Campina Grande, penso em Cozete Barbosa se destaca como uma das mulheres da época que enfrentava os herdeiros e principais nomes das chamadas oligarquias. (Márcio, 34 anos, Mirante)



Cozete Barbosa

Fonte site:eleicoes.uol.com.br



Lídia Moura

Site <http://www.polemicaparaiba.com.br>

Nas eleições de 2006, na Paraíba foram 25 candidatas, uma concorreu ao Governo Estadual, seis para a Câmara Federal e 18 para Assembléia Legislativa, apenas quatro conquistaram mandato, sendo três foram reeleitas consecutivamente, Francisca

<sup>28</sup> Ver: LIMA,(2011, p. 29).

<sup>29</sup> Idem.

Motta, Olenka Maranhão e Iraê Lucena. Foram vitoriosas também Socorro Marques e Nadja Palitot na primeira suplência.

No pleito municipal ocorrido em 2008, nenhuma concorreu ao cargo de prefeito em Campina Grande. Apenas duas mulheres conseguiram se eleger ao cargo de vereadoras, que foram: Daniela Ribeiro e Ivonete Ludgério.

Nas eleições municipais de 2012, duas mulheres concorreram à prefeitura de Campina Grande, foram elas: Tatiana Medeiros pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), apoiada pelo então prefeito Veneziano Vital do Rêgo tinha o intuito de dar continuidade à gestão do atual gestor deste município. Ex- secretária de saúde do município de Campina Grande, médica, nunca ocupou um cargo eletivo e foi escolhida para se candidatar, através de uma disputa interna no partido. No início da campanha ela aparecia na terceira colocação e com um alto índice de rejeição, mas na metade da corrida ela reverteu a situação e foi alçada a condição de segunda colocada na disputa. Obteve 65.195 (30%) dos votos no primeiro turno, disputando com o candidato Romero Rodrigues, essas eleições em segundo turno, onde ficou em segundo lugar com 89.887 (40%) dos votos e Daniella Ribeiro pelo PP (Partido Progressista), que iniciou sua carreira política candidatando-se à vice-prefeita de Campina Grande na chapa de Rômulo Gouveia, em 2004, porém não obteve êxito. Em 2008 candidatou-se à vereadora de Campina Grande, sendo eleita com 6.838 votos. Nas eleições de 2010 concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa da Paraíba, sendo eleita deputada estadual com 29.863 votos. E em 2012 disputou o cargo de prefeita de Campina Grande, mas perdeu as eleições logo no primeiro turno, obtendo o terceiro lugar, com 36.501 (16,8%) votos.



Daniella Ribeiro, nas eleições 2012

Fonte: [https://www.google.com.br/search?rlz=1C1NHXL\\_pt-PTBR701BR701&biw=1366&bih=662&tbm=isch&sa=1&q=daniela+ribeiro+politica&oq=daniela+ribeiro+politica&gs\\_l=psy-ab.3...12964](https://www.google.com.br/search?rlz=1C1NHXL_pt-PTBR701BR701&biw=1366&bih=662&tbm=isch&sa=1&q=daniela+ribeiro+politica&oq=daniela+ribeiro+politica&gs_l=psy-ab.3...12964)



Tatiana Medeiros nas eleições 2012

Fonte: [https://www.google.com.br/search?rlz=1C1NHXL\\_pt-PTBR701BR701&biw=1366&bih=662&tbm=isch&sa=1&q=Tatiana+Medeiros+Pol%C3%ADtica&oq=Tatiana+Medeiros+Pol%C3%ADtica&gs\\_l=psy-ab](https://www.google.com.br/search?rlz=1C1NHXL_pt-PTBR701BR701&biw=1366&bih=662&tbm=isch&sa=1&q=Tatiana+Medeiros+Pol%C3%ADtica&oq=Tatiana+Medeiros+Pol%C3%ADtica&gs_l=psy-ab)

É importante ressaltar que nas Eleições 2012, de acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), houve um aumento de 31,5% no país de mulheres eleitas. As candidatas obtiveram a vitória e 664 cidades. Já no primeiro turno, elas representavam 12,03% do total de prefeitos eleitos no País. Dado a expressiva vitória de mulheres para as prefeituras paraibanas, o Estado ficou em 4º lugar<sup>30</sup>, na preferência pelas mulheres. Minas Gerais foi o Estado que obteve o maior número de prefeitas eleitas, com 71 mulheres eleitas, seguida de São Paulo, com 67; Bahia com 64; Paraíba com 46 e Maranhão com 41 eleitas. Tal fato chama a atenção, até porque, o nosso Estado é fortemente marcado pelos traços do poderio das oligarquias historicamente representadas por homens, deste modo, percebe-se uma ressignificação na política Paraibana. Não podemos negar esse avanço na representação feminina na política em nosso Estado, mas, por outro lado, na cidade de Campina Grande, e neste mesmo pleito, num universo de 415 candidatos inscritos para o cargo de vereador, 127 eram do sexo

---

<sup>30</sup> Fonte: TSE- Eleições 2012.

feminino. Dos 23 eleitos, nenhuma mulher conseguiu se eleger. Apenas duas candidatas conseguiram ficar na suplência que foram elas, Ivonete Ludgério e Tia Mila.

Nas eleições municipais de 2016, dos 223 municípios da Paraíba, 39 elegeram mulheres para ocupar o cargo de prefeita nas cidades. Dessas candidaturas, oito são compostas por mulheres, também no cargo de vice, são elas as cidades de São Bentinho, São José de Princesa, São José do Brejo do Cruz, Algodão de Jandaíra, Diamante, Duas Estradas, Mamanguape e Pilõesinhos.

As eleições de 2016 interrompem a sequência de crescimento da presença feminina nos poderes executivos municipais no Estado da Paraíba. Em 2004, foram eleitas 27 mulheres. Em 2008, este número cresceu para 36 e, em 2012, aumentou para 49, o maior índice da série histórica.

O que podemos perceber, esses número seria considerável, se não tivesse sofrido uma baixa quando comparado às eleições municipais de 2012, momento em que 49 mulheres foram eleitas para as prefeituras de suas cidades. Ou seja, de 2012 para 2016, dez mulheres deixaram de ocupar o cargo de prefeita nos municípios.

Já no município de Campina Grande, nenhuma mulher se candidatou para o cargo de prefeita desta cidade, mas para a função de vereadora foram 120 mulheres inscritas num âmbito de 393 Inscritos, e apenas uma conseguiu se eleger, Ivonete Ludgério pelo (PSD) Partido Social Democrático.

Ao Acompanhar tais candidaturas, podemos perceber, que as mulheres inscritas para esses cargos, em sua maioria, não estão aptas para concorrerem igualmente com homens. Pois, em nossa sociedade ainda paira valores tradicionais, que estabelecem lugares de homens e mulheres. Não podemos negar a obtenção de conquistas ao longo da história, mas também não podemos esquecer que essas conquistas, mesmo que ainda distante, da almejada, foram obtidas diante de muitas lutas das próprias mulheres, que usaram diversas estratégias a fim de conquistarem um espaço mais justo e igualitário na sociedade.

Outro fato que não podemos deixar de registrar foi a eleição e reeleição da primeira mulher Presidenta do Brasil. Infelizmente essa grande conquista, não significou a superação quanto à sub-representatividade das mulheres nos espaços de poder. De acordo com a publicação do livro “Mais Mulheres na Política” (2015, p 20) produzido junto a União Interparlamentar, em parceria com a ONU Mulheres e o Senado Federal. “O ineditismo da eleição de uma mulher para a presidência trouxe discussões emblemáticas sobre a situação da mulher em relação ao poder”. Podemos exemplificar

essa discussão através da forma de tratamento em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff, que foi abertamente desrespeitada, culminando assim, numa desconstrução de sua imagem pública. Essas atitudes nos mostram o quanto, em pleno século XXI, os preconceitos continuam arraigados e se apresentam às vezes de modo mais explícito, outras vezes de maneira disfarçada e tênue.

A partir desses dados, podemos perceber que a inserção feminina na política abarcam diversos significados. Desde os relacionados ao espaço privado, como ser a boa mãe, esposa; como também os atribuídos tidos como natural do ser feminino, como a delicadeza, a fragilidade, a doçura etc. Qualidades atribuídas culturalmente ao ser mulher.

Mas creio que as mulheres tendem a proteger mais a família e não se expõem muito a opinião e julgamento pública, não sei ...  
(Bruno, 34 anos – Santo Antônio)

O homem tem mais sabedoria pra governar. A mulher, eu acho que , não é desprezando o lado dela. Mas Elas as vezes não tem atitude pra agir as coisas, já o homem não tá sempre no campo correndo atrás de uma coisa, atrás de outra (José, 45 anos – Catolé)

Infelizmente, percebemos que para obter êxito numa campanha eleitoral é necessário não apenas o Capital Simbólico, mas principalmente, Capital Financeiro, Político e Familiar. De acordo com Pinheiro (2007, p.47) “é necessário capital político para se ascender na carreira e a ocupação de cargos de mais alta hierarquia no campo político contribui para a ampliação desse tipo de capital”. Desta forma, ao inserirem-se no campo político, as mulheres utilizam as características de gênero, mas ancoradas em capital político da família. Assim, nosso informante, ao comentar sobre a Deputada Estadual, Daniela Ribeiro, assim se pronunciou:

a exemplo da Daniela Ribeiro que são herdeiras das oligarquias, então na verdade ingressaram, inseriram-se no campo, mas não numa agenda, vamos dizer assim, vinculadas a defesa e ao interesse das mulheres, inserem-se com agenda tradicional, mas claro que utilizando-se da sua própria condição de mulher como estratégia dentro do campo. Então são mulheres que usam muitas vezes, tem o aparato todinho econômico, político do grupo familiar e que inserem-se utilizando que é uma mulher na política, onde na verdade observa-se que esse elemento é mais uma estratégia do grupo familiar, com sentidos de ampliar suas



redes de atuação, por meio, é claro, da ajuda de uma estratégia de gênero. Isso nós temos visto muito, não só em Campina Grande, em vários lugares do Brasil, pois claro que existem algumas que se destacam, que não são oriundas dessas oligarquias. Mas, claro! Que sem o apoio de um homem, posso dizer assim, com peso político, ela dificilmente conseguiu se inserir nesse grupo, nesse campo, aliás, é um campo ainda muito marcado pela dominação masculina. (Márcio, 34 anos Professor)

De acordo com Monteiro e Almeida (2016), em relação à representação política são poucas as mulheres que tem alcançado destaque nesse campo de disputas ainda masculinizado, ou seja:

Quase sempre o “homem”, o “esposo”, o “pai” ou os “filhos”, tem se tornado âncoras para a sustentação e inserção das mulheres no campo político, como estratégia de manutenção e perpetuação de poder, por meio do uso que se faz acerca do parentesco de gênero. Não se trata aqui de pensar a representação feminina dissociada das relações de redes de poder, mas perceber que a representação feminina (...) tem se construído a partir da relação de parentesco. (Monteiro e Almeida, 2016, p. 521).

De acordo com pesquisa realizada pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), em 2014 foram eleitas para a Câmara Federal, cinquenta e uma mulheres, equivalente a 10% do total de representantes desta instância. Dessas eleitas, 31 foram novatas. No entanto, observou-se que na maioria dessas novatas representam interesses de famílias políticas e são muitas vezes inseridas nesse campo, através de estratégias de grupo familiar. Podemos citar, por exemplo, no Rio de Janeiro foram eleitas: Cristiane Brasil (PP) é filha do ex-deputado federal, Roberto Jefferson; Clarissa Garotinho (PR), filha do deputado federal Anthony Garotinho e a advogada Soraya Santos (PMDB), casada com o ex-deputado federal Alexandre Santos (PMDB)<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Ver : DIAP (2014). Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019. Brasília DF: DIAP (Estudos Políticos do DIAP). Disponível em [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)

## **1.4 - POR MAIS MULHERES NA POLÍTICA: AÇÕES AFIRMATIVAS E A LEI DE COTAS**

De acordo com Vaz (2008) a expressão “ação afirmativa” teve origem na década de 1960, nos Estados Unidos. Diante de um cenário de reivindicações democráticas, expressas principalmente através de movimentos pela busca de direitos civis, e igualdade de oportunidade para todos. Para Vaz, (2008, p.37), as ações afirmativas assumiram formas como, ações voluntárias, “de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação”.

Segundo Gomes (2001), as ações afirmativas são definidas,

Como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo (...), as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. (GOMES, 2001, p. 40-41).

A política de cotas por sexo passa a ser seguida em vários países:

Em 1978, na Noruega, era estipulada que cada sexo deveria ocupar no mínimo 40% em qualquer agência governamental, direção de comitês, comissões ou conselhos com mais de quatro membros. Em 1979, a Assembléia Geral das Nações Unidas, realizou uma Convenção pelo fim de todas e quaisquer Formas de Discriminação Contra a Mulher. Este evento identificou a necessidade de medidas para precipitar a igualdade entre os sexos. Os partidos políticos também adotaram esse sistema de cotas; Na Dinamarca, em 1985, é aprovada a lei que promove igualdade entre homens e mulheres na designação dos membros dos comitês públicos; Na Finlândia em 1986, é aprovado na legislação, a determinação da participação de homens e mulheres nos conselhos de administração e nos comitês. Neste mesmo país, em 1995 é aprovado a emenda que determina a representação de cada sexo não inferior a 40% nos comitês e

órgãos públicos de decisão; Na Irlanda, em 1990, também é estipulado que no mínimo 40% de ambos os sexos, participem nas esferas decisórias dos partidos.

Outros países também adotam medidas no sentido de estimular e garantir o aumento da presença femininas nos espaços de poder, entre eles estão a Bélgica, Itália, Alemanha, Países Baixos e Suécia.

Na América Latina, a partir do ano de 1975, referenciada pelo Plano das Nações Unidas (1976-1985) assumiu um compromisso para efetivar a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, sendo necessário direcionar a devida atenção nas ações desempenhadas pelas ações afirmativas.

Na Argentina, a Lei de *Cupos* (Cotas) – 24.012 de seis de novembro de 1991 obriga aos partidos incluir um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas. Em sua primeira aplicação, o percentual passou de 5,3% para 28%. A eleição para o congresso Argentino é plurinominal distrital e as candidaturas se apresentam dentro de uma lista cerrada e bloqueada. Só se pode votar em bloco num determinado partido. No entanto, o sistema obriga os partidos não apenas a reservar 30% das cotas para as mulheres, mas, além disso, a colocá-las em posições com possibilidades de êxito, ou seja, uma mulher em cada grupo de três candidatos.

Na Bolívia, em 1997, a legislação determinou que 30% das vagas das listas partidárias deveriam ser para mulheres. Mas o percentual de representação feminina subiu apenas de 7 para 8%. Um dos motivos ao pouco avanço no sistema eleitoral boliviano, chamado de “proporcional personalizado” que combina a fórmula decisória majoritária com o princípio da representação proporcional, ou seja, aplica essa fórmula para metade dos deputados e ao nível das circunscrições uninominais, enquanto a distribuição da totalidade das cadeiras rege a representação proporcional como fórmula decisória e princípio de representação. Em março de 1997 foi promulgada a Lei da Reforma e Complementação ao Sistema Eleitoral na Bolívia, que dispõe no seu Art.5 que as listas incorporarão um mínimo de 30% de mulheres, distribuídas de modo tal que a cada três candidatos pelo menos uma seja mulher; de candidatos a deputados por circunscrições uninominais, titulares e suplentes, com especificação da circunscrição pela qual se apresentam buscando a participação efetiva da mulher.

Em Setembro de 1995, foi promovida a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing-China. Essa Conferência teve entre seus objetivos, debater a temática do acesso ao poder, propondo que se incluía na Legislação Eleitoral Brasileira,

um artigo que assegure cotas, entre as vagas de cada partido ou coligação, para candidaturas femininas.

De acordo com Vaz (2008, p.39) “A política de cotas no Legislativo é encarada como uma ação afirmativa no processo de construção do poder das mulheres, uma discriminação positiva necessária dentro do processo de geração de igualdade e equilíbrio na esfera política”.

Em Miguel (2000), há uma reflexão sobre a necessidade e os efeitos das ações afirmativas, enquanto estratégia de investimento na construção de relações igualitárias entre mulheres e homens. Esta autora ainda ressalta que a adoção de cotas propicia às mulheres garantias de participação em eleições efetivando assim, a participação feminina nas esferas decisórias do governo.

Em 29 de Setembro de 1995, a Lei nº 9.100 é aprovada, esta determinou uma cota mínima de 20% para as candidaturas femininas<sup>32</sup>. Já em vigor nas eleições municipais do ano seguinte. Após essa experiência eleitoral com cotas, em 1997, a Lei nº 9.504, estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional (Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa, Estaduais e Câmaras Distrital), alterando a medida para uma cota mínima de 30% e máxima de 70%, para ambos os sexos<sup>33</sup>.

De acordo com Grossi e Miguel (2001) a política de cotas é uma medida que procura alterar os vários quadros de desigualdades, seja ela, racial, étnica, sexual e social. Desta forma, as Ações Afirmativas reconhecem a existência de tais discriminações buscando impedir a perpetuação das mesmas. Em relação às cotas eleitorais por sexo, as Ações Afirmativas propõem estabelecer um equilíbrio na representação política entre homens e mulheres.

Para Luís Miguel (2001, p 266) “a ação afirmativa é uma tentativa de romper estes círculos viciosos, contribuindo para a redistribuição do capital político, ou seja, para o empoderamento dos segmentos sociais marginalizados”. Além disso, as ações afirmativas se sustentam com as desigualdades presentes na sociedade, sem necessariamente precisar de qualquer argumento essencialista de interesses comuns ao grupo, promovendo assim a realização da democracia, entendida nesse sentido como autonomia, ou seja, a possibilidade de que todos os cidadãos (homens e mulheres) possam eles próprios gerirem suas vidas.

---

<sup>32</sup> Lei nº9.100 – Art. 11, 3º Diário Oficial da União, de 02 de Outubro de 1995.

<sup>33</sup> Lei nº 9.504 – Art. 10, 3º, Diário Oficial da União, de 01 de Outubro de 1997.

Infelizmente, no município de Campina Grande, poucos eleitores apresentam conhecimento, ou não entendem sobre as cotas eleitorais por sexo:

Totalmente contra, porque a mulher tem capacidade de entrar na política pelos seus próprios méritos, apresentando propostas, idéias, sendo uma pessoa idônea, correta, responsável. Mulher não precisa de migalhas de cotas para se destacar, basta ela estudar e se interessar por política. As próprias cotas rebaixam a mulher a uma categoria de coitadinha e que é incapaz de conquistar algo por mérito próprio. Se quisermos respeito não é por meio das cotas que conseguiremos, é por meio do nosso trabalho, dedicação e sobretudo interesse em participar da vida política do nosso país. ( Paula, 35 anos, – Monte Castelo)

Nem todos os eleitores concordam com o sistema de cotas para as candidaturas femininas, acham que para ampliar a participação feminina na esfera política, basta que haja o interesse delas. Através desse depoimento, podemos refletir que o problema da subrepresentação feminina na política é muito mais de ordem cultural, pois as próprias mulheres, maioria do eleitorado brasileiro, não identificam a desigualdade de oportunidades entre os sexos, pertinente em nossa sociedade.

Eu sou um pouco contra a essa questão de cota, porque cotas já é um anúncio de preconceito, tem que ter liberdade, se existe uma cota, já esta determinando só pode x ou y, entendeu? Ou não pode ultrapassar isso, pode ser menos, nem mais, cota eu entendo como se fosse isso. Realmente eu desconheço, não sabia que existiam essas cotas para política, mas vai que da mais chance para as mulheres. Mas eu acho que com a forma livre sem a cota seria mais fácil. (Andréia, 44 anos – José Pinheiro).

Diante do depoimento citado, podemos refletir que a Lei de Cotas foi implementada, com intuito de promover igualdade de gênero na política. Para aumentar a participação das mulheres nesse campo, ainda tão masculinizado. Sabemos que existem falhas, mas se inexistisse a referida lei, a desigualdade de gênero na política seria, provavelmente, ainda maior.

Então veja, se não existisse essa lei de cotas, se não existisse esse tipo de lei, e existindo ainda temos uma subrepresentação, porque é uma representação muito aquém do que deveria ser. Imaginemos a inexistência de tal lei. Era daí que não teríamos mulheres nenhuma no campo da política. (Márcio, 34anos – Mirante).

Já o depoimento transcrito abaixo, o eleitor demonstra que entende o intuito da lei em questão, no entanto, o mesmo acredita que esse problema na cultura política seria sanado em alguns anos, por isso não seria preciso a permanência da lei de cotas.

Eu defendo e concordo se houver uma data de vencimento da lei de cotas, eu defendo isso ai como estimulante, mas vamos dizer que isso daqui a uns 30 anos se acabe, vamos colocar 10 anos, são duas eleições apenas, então 20 anos essa lei acabe, ai eu concordo porque seria um incentivo pra mudar esse quadro cultural que agente tem, mas se for uma lei perpétua eu não concordaria. Porque é como se fosse obrigando e todo obrigado não faz parte de uma democracia. Uma lei pra estimular o amadurecimento da cultura política no Brasil pode, mas se for algo permanente eu não concordo não. (Flávio, 31 anos - Jardim Paulistano)

Alguns informantes apenas mencionaram que não conheciam a referida Lei de Cotas para política, e não quiseram expor sobre sua opinião. Já outros entrevistados demonstraram apoio à lei de cotas para inserção da mulher na política:

Acho importante, como todas as cotas eu acho importante, porque se a gente tem cotas é porque algo ficou mal resolvido essa questão feminina ela não se realiza, mas é como eu falo a você, não adianta a lei, a lei só não vai resolver a questão da representação. (Luana, 31 anos - Bodocongó)

Através da fala de nossa informante, podemos perceber que a lei de cotas é uma significativa iniciativa de tentar inserir mulheres nesse campo político, no entanto, ela só não garante sucumbir o problema da subrepresentação feminina na política. Embora tenha aumentado o número de candidatas, a participação delas no Congresso Nacional não ultrapassa a margem de 10%.

Creio que é uma forma de inserir e motivar a participação feminina na política, mas pelo que vemos, muitas estão ali mais para compor do que para concorrer efetivamente ao cargo. (Bruno, 34 anos - Santo Antônio).

Alguns de nossos informantes atribuem o insucesso da lei de cotas aos partidos políticos que, de acordo com Tabak (2002, p. 254). “interpretam o percentual definido pela lei como um teto para a participação feminina, e não como um mínimo que deve ser atingido obrigatoriamente”.

Oxente, fulana de tal se candidatou tão jovem? só para cumprir legenda porque obrigatoriamente a gente tem 30% que deve ser garantido no mínimo 30% da participação feminina, né? E aí eu fiquei muito pensativa sobre isso, olha que interessante, as mulheres elas participam mediante uma lei que foi instaurada né! A gente sabe que não se consolida, não se consolida porque a gente até tem mulheres no Brasil com trajetórias políticas, com histórias de lutas, mas isso não é efetivo, isso não é reafirmado coletivamente, isso não é reafirmado muitas vezes particularmente, né! (Luana, 31 anos – Bodocongó).

A partir da fala desses informantes podemos refletir sobre a importância e a eficácia das cotas. Por um lado, acreditamos que o principal papel da Lei de cotas, seria promover maiores oportunidades para as mulheres se inserirem na política. Já por outro lado, mesmo apresentando maior número de mulheres candidatas, não significa que haverá um aumento de mulheres eleitas. Nos últimos pleitos decorridos no município de Campina Grande, Já citado anteriormente, partidos políticos lançam candidaturas apenas para o preenchimento mínimo dessas vagas, com intuito de cumprimento da lei. Durante a nossa coleta de dados, conversamos com uma eleitora<sup>34</sup> que nos contou, que sua mãe recebeu uma quantia em dinheiro para que a mesma se filiasse a determinado partido, candidatando-se exclusivamente para o preenchimento mínimo das vagas.

Outro fato curioso, no percurso de nossa pesquisa, foi uma conversa informal com um dos candidatos ao cargo de vereador nesta cidade<sup>35</sup>. Ao perguntar sua opinião em relação às cotas eleitorais por sexo, o mesmo respondeu-me que o problema estava situado nas mulheres que não se candidatavam. O candidato<sup>36</sup> ainda nos falou que esse fato poderia prejudicar as candidaturas masculinas, porque se as candidaturas femininas não atingisse o percentual mínimo estipulado pela lei, os partidos teriam que excluir candidaturas masculinas, para que houvesse a distribuição entre o percentual mínimo e máximo. Então, de acordo com esse informante, a solução seria pagar para algumas mulheres que aceitassem serem “laranja”<sup>37</sup> para ocuparem as vagas destinadas.

---

<sup>34</sup> Essa informante (comerciária, 30 anos – Jardim Paulistano) aceitou conversar conosco, sem a presença de nenhum equipamento que pudesse registrar essa fala.

<sup>35</sup> Este informante não aceitou a gravação da conversa informal (termo que usamos para adquirir tais informações), alegando falta de tempo. Mas o mesmo nos assegurou que após as eleições poderia conversar mais abertamente.

<sup>36</sup> O fato do informante ser candidato, não descumpra nossa metodologia, pois além do informante ser candidato ele também é eleitor deste município.

<sup>37</sup> Ver GROSSI, Miriam Pillar E MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a Diferença: As Mulheres na Política. Estudos Feministas, 2001. P. 167 à 206

Ao buscarmos informações no site do TRE-PB, em relação às candidaturas femininas, encontramos um registro de uma candidata ao cargo de vereadora, nas eleições municipais de 2016<sup>38</sup>, a senhora Creusa Maria (27015) filiada ao PSDC (Partido Social Democrata Cristão). Com 90 anos de idade, natural de Campina Grande – PB, Viúva, Dona de Casa, seu grau de Instrução é Lê e Escreve. Então, refletimos, será que essa candidata ainda tem vigor para fazer campanha e disputar com os demais candidatos a vaga pretendida? A referida candidata não obteve nenhum voto.



Creusa Maria da Conceição

Outro aspecto que podemos analisar é o número de candidatas que não recebem nenhum voto, evidenciando dessa forma, que houve apenas o registro da candidatura e não o interesse de realmente concorrer ao pleito.

Nas últimas eleições municipais das 120 candidaturas femininas para o cargo de vereadoras, 16 delas obtiveram zero voto. Nesse mesmo pleito, em relação à 273 candidaturas masculinas, para este mesmo cargo, apenas 6 dessas obtiveram zero votos.

Temos que reconhecer que a Lei de Cotas foi um avanço, no entanto, a cultura da nossa sociedade nunca incentivou as mulheres, a entrarem na política. Esse meio, sempre foi destinado aos homens, héteros, brancos, religiosos, e de preferência que tenham uma linda família. Claro que não devemos generalizar, mas se observarmos os perfis dos candidatos (que aqui não iremos abordar), que receberam a maior quantidade de votos, estes apresentam essas características.

De acordo com Fanny Tabak (2002) no caminho pela igualdade, a implementação da Lei de Cotas para estimular a participação política das mulheres, foi sem dúvidas um passo significativo, embora se revele difícil de ser posto em prática.

---

<sup>38</sup> Imagem e dados disponíveis no site: eleições 2016.com.br acessado em 21/09/16.



Os partidos não preenchem a cota exigida, ou quando o fizeram, tratava-se de mulheres que efetivamente apenas preenchiam as vagas, mas não participavam da campanha eleitoral para disputar de fato um mandato eletivo. E como não existem multa para os partidos políticos que não cumprem a lei, resulta difícil conseguir resultados favoráveis mais rapidamente. (Tabak, 2002, p.248)

Além disso a sub-representação feminina existe podemos comprová-la empiricamente através de dados. Agora devemos entender porque essa sub-representação existe. Ela não existe por acaso devemos observar também, que pelo ponto de vista dos partidos políticos, ainda não há uma sensibilização do próprio partido para inserir essa mulher na prática política, a fim de formar um quadro político feminino. O que se observa, infelizmente, é que muitas vezes essas mulheres se candidatam, grande parte delas só para cumprirem meramente a lei de cotas. Há casos bastante anedóticos, como o citado acima, de mulheres que nunca concorreram a nenhum cargo eletivo, que não têm uma vivência política, e se candidatam tão somente para o cumprimento da lei, para cumprir o co-eficiente e a cota. Enfim, há uma situação na qual dificilmente essa candidatura seria ou teria algum sucesso, porque o próprio partido, muitas vezes, não apoia. Sabemos que para além da dificuldade do partido, há também uma grande dificuldade em relação à formação política dessa mulher, o *marketing* político, a própria formação de como ela deve se colocar e construir sua imagem pública, esse apoio várias vezes é dado apenas às candidaturas masculinas, que apresentam um maior apelo e uma força maior de saírem vitoriosos. Isso é um problema muito grande. Alguns autores afirmam que é preciso a mulher gostar de política, mas elas não gostam a partir do nada, é preciso à vivência prática, é preciso à participação de momentos e de movimentos da sociedade, da ação coletiva que instigue essa mulher a gostar, a se motivar, a vivência na política.

## 2. CAPÍTULO II: AS NARRATIVAS SOBRE O VOTO.

### 2.1 – UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A INSERÇÃO DO VOTO NO BRASIL

Ao delinear a história do voto no Brasil, podemos apreender que esse processo se deu de forma lenta e recheada por dimensões negativas. Desde o período Colonial a atual Democracia, houve diversas modificações em relação ao sistema eleitoral imposto no país. De acordo com Nicolau (2002), a História do Voto no Brasil foi registrada em 23 de Janeiro de 1532, entre os habitantes de São Vicente, a primeira vila de colônia portuguesa. Foram eleitos seis representantes, através de votação indireta, e esses representantes escolheriam os Oficiais do Conselho. A partir de 1821, a votação não se restringe apenas ao âmbito municipal e o direito ao voto abarcava homens livres e analfabetos. Não existia uma documentação, como por exemplo, o título de eleitor, este fato propiciava fraudes, pois muitos eleitores transferiam seus votos (voto por procuração).

No Brasil, o Título de Eleitor foi criado em 1842 e instituído em 1881, através da Lei Saraiva, no entanto, as fraudes continuaram, pois no Título não tinha a foto do eleitor. Em 1889, após a Proclamação da República, o voto era restrito, deixando de fora os menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero.

As eleições no Brasil Império realizavam-se no âmbito local através de eleições diretas, eram escolhidos Juízes de Paz e Vereadores. Para o Senado, eram realizadas eleições indiretas. Esse sistema eleitoral perdurou até 1880, pois com a instituição da Lei Saraiva<sup>39</sup>, foi abolido o voto indireto. De acordo com Nicolau (2002), a República se caracterizou como um período de perdas e a percepção em relação ao voto era muito negativa.

Em suma, o que podemos perceber ao longo do período da História do Brasil é a efetivação de Campanhas políticas e Eleições fortemente marcadas por desmandos,

---

<sup>39</sup> A Lei Saraiva foi imposta em 9 de Janeiro de 1881, através do decreto nº 3.029. Com a reforma da Legislação Eleitoral da época. A partir desta data, as nomeações dos Senadores e Deputados para a Assembléa geral, membros das Assembléas Legislativas Provinciais, e quaisquer autoridades eletivas, seriam feitas por eleições diretas, nas quais tomaram parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei. A eleição do Regente do Império continuou sendo feita na forma do Ato Adicional á Constituição Política pelos eleitores de que trata a presente lei. Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>.

fraudes e disputas pelo poder marcados por interesses políticos, econômicos, culturais e sociais, nem sempre se cumpriu o direito dos cidadãos de forma democrática.

Apenas na década de 1930, que o voto incide a forma secreta. Em 1932, foi instituída uma nova legislação eleitoral incluindo as mulheres ao direito ao voto. Advindo de golpes de estado, ditadura militar, voto indireto, lutas pelas eleições diretas e processo de redemocratização, o Brasil vem conduzindo um regime democrático acompanhado do ato de votar.

O Código Eleitoral foi aprovado através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, trouxe inovações ao sistema político eleitoral brasileiro, tais como a criação da Justiça Eleitoral e a instauração do voto feminino. A primeira eleitora a alistar-se foi a professora Celina Guimarães Viana, do município potiguar de Mossoró.

Na Paraíba, o primeiro alistamento realizado pela Justiça Eleitoral do Estado foi através de um ex-officio, pois, segundo a lei eleitoral da época, os chefes das repartições federais, estaduais e municipais estavam obrigados a enviar, aos cartórios eleitorais, a relação dos seus funcionários para efeitos de inscrição eleitoral. Outra forma de alistamento era realizada por iniciativa do cidadão, que deveria comparecer ao cartório eleitoral para alistar-se.

O Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba publicou seu primeiro edital de alistamento eleitoral no dia 28/10/1932, no jornal A União, convocando as autoridades responsáveis, bem como os cidadãos para comparecerem espontaneamente às repartições oficiais para se inscreverem no corpo eleitoral.

O alistamento eleitoral teve início no dia seguinte da publicação do edital de convocação, e festejado de forma solene em sessão do Tribunal Regional Eleitoral, que contou com a presença do representante do Interventor Federal, José Mariz; o então Prefeito da Capital, Borja Peregrino, além de magistrados, advogados, jornalistas e outras autoridades.

A Primeira Zona Eleitoral tinha a sede localizada na capital do Estado, qualificou inicialmente, ex-officio, 1446 cidadãos, na capital do Estado, de 56 diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, existentes à época. O alistamento durou entre os meses de outubro a dezembro de 1932, sendo prorrogado até 20 de Janeiro de 1933.



Título de Eleitor em 1933

Fonte: <http://apps.tre-pb.jus.br/memorial/index-menu.php?menu=historial&conteudo=alistamento-eleitoral#prettyPhoto>

A Primeira eleitora do Estado da Paraíba, antes do surgimento da Justiça Eleitoral, foi à professora Isabel Iracema Feijó da Silveira, escritora, poetisa e uma das fundadoras do Comitê Feminino da Aliança Liberal na Paraíba, e da Associação Parahybana para o Progresso Feminino. A referida eleitora era oriunda do Município de Santa Rita, cujo Juiz de Direito da Comarca, Celso Novaes, deferiu o seu requerimento de alistamento eleitoral.



Poetisa Iracema Feijó  
da Silveira

O primeiro eleitor paraibano alistado pela Justiça Eleitoral foi uma mulher, Isabel Carneiro Cavalcante de Avellar, que teve o seu requerimento deferido em 30 de Novembro de 1932<sup>40</sup>.

Outro importante momento na História do Voto no Brasil se deu no ano de 1985, com o restabelecimento das Eleições Diretas para a Presidência da República e a concessão do direito ao voto para os brasileiros analfabetos e maiores de 16 anos, essas conquistas decorreram através da emenda constitucional.

Na década de 1990, mais precisamente no ano de 1996, o nosso sistema eleitoral se renova através do uso das urnas eletrônicas a fim de diminuir as fraudes eleitorais neste país.

Com o exposto, procuramos destacar alguns aspectos estruturais a respeito da prática eleitoral no Brasil, No entanto, queremos frisar que nosso intuito, neste texto, é abordar o voto através de um viés cultural, a partir do contexto das interações, construídas socialmente, antes, durante e depois da campanha eleitoral.

## **2.2 - AS NARRATIVAS E A PRÁTICA DO VOTO.**

As Narrativas sobre o voto expõem ações que vêm sendo ponderadas dentro de uma abordagem de antropologia da política exaltando a dimensão simbólica, ou seja, esse campo de estudo procura entender como os indivíduos entendem e representam a política, assim como seus significados e seus símbolos. De acordo com Karina Kuschnir (2007, p.9) “a política ou o mundo da política não é um dado a priori, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e comportamentos de pessoas e contextos particulares”.

Entendemos as motivações do voto submergidas em um grande conjunto de forças e significados, pois o voto não se constitui apenas no ato de votar, o voto depositado na urna é simbolizado e subjetivado em todo período eleitoral, ou seja, antes, durante e depois das campanhas eleitorais. De acordo com Lima (2011, p. 82) “o voto enquanto exercício democrático é envolvido por crenças definidas na dimensão da subjetividade.” Para essa autora, a adesão do eleitor a determinada candidatura pode estar entrelaçados a processos políticos, sociais, culturais, econômicos e mediáticos que

---

<sup>40</sup> Ver mais detalhes em: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Títulos eleitorais: 1881-2008. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009. (Série apontamentos; n. 2)

compartilham e compõem a sua escolha através do desenvolvimento de práticas e significados.

Para Jovchelovitch (2000) As representações sociais se constroem de um procedimento social que desvela como os indivíduos representam uma realidade, ou seja, as práticas, símbolos e rituais que estes indivíduos encontram para dar forma e sentido a sua vida social, além disso, a maneira pela qual representam uma identidade. Assim, podemos afirmar que as representações sociais não são estáticas e ao abarcar a política e a sociedade, essas representações devem ser pensadas como fruto de ações coletivas, ou seja, “de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas” (Kuschnir, 2007, p. 9).

Conforme Jodelet (2001, p.22), as representações sociais do voto são consideradas “como uma forma e conhecimento, socialmente elaborado e partilhado tendo uma interação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Desta forma abordamos o voto como parte integrante da cultura e, por conseguinte, passível também de reelaborações simbólicas.

De acordo com Goldman e Sant’Anna (1996, p.13), o voto deve ser pensado:

Em sua densidade de escolha individual e agendamento coletivo. Em outros termos, trata-se de mapear o conjunto de forças e processos globais que fazem com que as escolhas políticas caminhem nesta ou naquela direção. Questão eminentemente antropológica, na medida em que a fusão dos planos individuais e coletivo, bem como do conjunto das instituições sociais, aponta decisivamente para seu caráter de fato total.

Podemos dizer que a escolha do voto e a adesão por algum candidato são eventos ligados diretamente ao cotidiano da cultura política, e essa adesão se estende além do período eleitoral. Significando assim, um comprometimento, uma aliança a um candidato ou a um grupo político. Podemos citar a fala de um dos nossos informantes:

hoje em dia assim, do jeito que ta ninguém quer votar pelo que o pessoal promete muitas coisas e não cumpre. Muita gente vota em branco, vota nulo, mas quando a gente gosta, quando tem um candidato que a gente gosta, agente vota, agente pretende ajudar ele. Eu voto porque eu gosto do pessoal, assim dos Cunha Lima, muito tempo assim, eu gosto muito deles e pretendo votar neles. (José, 44 anos – Porteiro).

O voto pensado como um exercício prático do eleitor que é instalado no “tempo da política”<sup>41</sup> a fazer sua seleção e aderir a algum candidato, para alguns eleitores o voto:

é quase um chavão é um exercício da cidadania, mas eu acho que não é só isso onde agente pode definir o futuro da gente o futuro social, onde envolve economia, envolve trabalho, envolve educação, envolve saúde e as pessoas muitas vezes não se atentam tanto pra isso, se atentam mais no fervor do momento e se esquece que é a partir daquela ação, que vai decidir não só os próximos 4 anos mas vários anos leis que duram ai por gerações, então são ações muito importantes. (Flávio, 30 anos – Jardim Paulistano)

Todos os nossos informantes identificaram a importância do ato de votar e suas consequências, pois esta decisão perdurará os próximos quatro anos. Identificaram também a responsabilidade em escolher nossos representantes.

eu acho que o voto é a liberdade da população de escolher seu governante, e se torna importante porque, nada melhor do que a população para conhecer as necessidades da sua cidade, de seu Estado e de seu País. (Andreia, 44 anos – Jose Pinheiro).

Voto é um ato democrático em que você escolhe os seus representantes. A importância é que você é quem decide o seu futuro bem como o futuro da nação, deixar na mão de terceiros é perigo. (Paula, 35 anos – Monte Castelo)

Como já foi citado, muitos eleitores não quiseram se pronunciar em relação a esse tema. Alguns se manifestaram de maneira indiferente, mostrando muita insatisfação com a política.

Eu mesmo não acredito de jeito nenhum, eu tenho nojo de política, nojo...nojo, nojo. Não acredito um pingão em política, pra mim eu acho assim. Eles podem até ter um sonho de mudar, mas quando eles entram lá, eles se corrompem, tem quem influencie vê a possibilidade de conseguir o que quer e até o que nem precisa né! (Socorro, 39 anos – José Pinheiro).

---

<sup>41</sup> O tempo da política é o tempo que se refere ao processo eleitoral. Para mais, ver: HEREDIA, B.M.A.; PALMEIRA, M. O voto como Adesão. In: Miranda, Júlia; Pordeus Ismael; Laplantine, Françöis. (Org.). **Imaginários Sociais em Movimento: Oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes editores, 2006

Já para outros a política não tem tanta importância e só vota porque é uma obrigação, isso porque muitos eleitores estão bastante insatisfeitos com a atual situação política do Brasil.

Eu acho importância nenhuma, eu voto porque é uma obrigação minha, há muitos anos que voto, mas eu não faço muita idéia não. A gente não pode acreditar nesse povo. De qualquer maneira a gente vota mesmo. (Sebastião, 58 anos – Cinza).

Sendo assim, opiniões se dividem entre a afirmação da importância do ato de votar e a suspeita para que esta ação não possui grandes significados, apontando para uma dimensão que naturaliza o processo eleitoral como um sistema ruim, que classifica os candidatos, como no mínimo fracos, e que os resultados dessas eleições nunca será satisfatório. Por outro lado, podemos pensar o eleitor, como sendo aquele que faz a diferença através do seu voto. A maioria dos nossos informantes consideraram o voto como um instrumento que possibilita uma mudança, implicando assim, em decisões, promessas, sentimentos e negociações. Desta forma, compreendemos o voto como um dos elementos fundamentais na composição e concretização da democracia.

Conforme (HEREDIA E PALMEIRA, 2006, p 284):

o voto-escolha é uma decisão individual tomada com base em certos critérios, em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, a família, ou outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do *tempo da política*.

Em outras palavras, o exercício do voto-escolha se dá, no mínimo, através de duas maneiras: por meio de uma atividade e decisão individual (no momento do voto, apenas o eleitor e a urna), e também no exercício da adesão, pois ao optar por determinado candidato, o eleitor muitas vezes, incorpora a campanha do candidato escolhido, através do acompanhamento da agenda do candidato, o uso das cores da campanha, a participação em eventos de campanha, etc.

Desta maneira podemos perceber que a escolha do voto e a adesão política se enquadram no universo cultural, pois essas ações estão ligadas ao nosso cotidiano, para além do *tempo da política*.

O estudo sobre o voto nos estimula a refletir sobre a multiplicidade de sentidos e significados que compõem esse ato, da mesma forma que se dá aos diferentes modos de



pensar e de viver. O voto pensado através de seu agenciamento individual e coletivo nos traz uma grande importância para a compreensão dos processos que fazem parte das escolhas individuais ou coletivas.

De acordo com Goldman e Sant'Anna (1996), é necessário concentrar-se sobre as multiplicidades submersas nas motivações que envolvem o ato de votar, seja na disseminação, ou nas ações que selecionam os candidatos escolhidos:

Trata-se de reconhecer que o voto está envolvido em uma rede de forças que transgride em muito o domínio do que se convencionou denominar política. Em outros termos, cumpre em certo sentido, 'politizar' a política, reconhecendo a existência de um conjunto de processos moleculares subjacente a cada ação ou escolha individual e coletiva. (GOLDMAN & SANT'ANNA, 1996, p.30)

O "*tempo da política*" é o momento da exibição de candidatos, assim como também é o período em que o eleitor sabe de sua importância e negocia junto ao candidato. É nesse período que se configura a busca pelo voto, onde candidatos e eleitores sabem o poder de suas atuações e agem de modo a equilibrar seus desejos e possibilidades. Essas e outras atitudes observadas neste *tempo*, onde candidatos se munem de variados elementos a fim de conquistar a adesão do eleitor.

Bem, pra mim a importância do voto é uma forma de que nos eleitores temos de mostrar pra que realmente serve, nos mesmos no dia da votação, porque, tipo assim é um direito nosso, mas que infelizmente só é valido até o dia, porque depois que votamos, infelizmente, a nossa importância passa naquele momento, mas se não existisse nos pra votarmos nenhum candidato seria eleito. (Ronaldo, 30 anos – Bodocongó).

A época da política é aquela em que o poder adentra mais profundamente as relações sociais, em que as pessoas se vestem deste poder e expressam esse sentimento através de suas ações e falas, justamente porque "o poder é uma prática resultante das relações variáveis das forças que se defrontam. Por isso conhece-se a delimitação temporal desse poder". (VILLELA & MARQUES, 2002 p.90)

Pensando nas diversas maneiras que a gente tem visto a política, o voto é uma parte, no meu entender, é uma parte fundamental para o processo político como a gente vive hoje, em nosso país. (Luana, 31 anos – Bodocongó)

A importância é que o voto possibilita que façamos escolhas né! Fazer escolhas e ao fazer escolhas perante aquilo que ti digo é uma sociedade que nós pensamos ter é...não apenas um, mas vários concorrendo e isso pra mim é muito importante, porque expressa as diversas visões e escolhas que estão tendo. Então quando estou votando em algo é porque estou exercendo o meu direito de escolher, pode ser só um candidato, mas eu tenho direito de escolher de votar ou não, e isso pra mim é muito importante. (Márcio, 34 anos – Mirante)

Esse depoimento nos indica que o eleitor tem consciência de sua importância no processo eleitoral, pois, os eleitores sabem que essa é a única via possível para expressar sua vontade.

Outra ação peculiar é referente à compra de votos, dar e receber constitui o movimento que delinea a campanha eleitoral, admitindo que o voto se torne uma moeda de troca. Segundo Heredia (1996, p. 64):

O voto parece ser a moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito de troca a outro, isto é de um circuito de troca de reciprocidade, entre os socialmente iguais, ao de clientelismo político, no qual o cliente se mantém permanentemente endividado face ao patrão.

Cabe a nós destacarmos a relação entre o eleitor e o candidato, que passa a ser marcada por uma dívida, bem como um ganho. No transcorrer de nossa pesquisa, uma eleitora nos informou que um determinado candidato, numa outra campanha lhe ajudou muito, com a doação de material de construção, e por isso ela se sente no dever de votar nele, todas as vezes que esse candidato estiver concorrendo em eleições. E o interessante, foi que esta informante, ao relatar esse ato, sentimentaliza a ação, chegando até a se emocionar ao descrever o momento em que recebeu a doação e afirmando que nunca ira esquecer. Essa dívida não se restringe apenas a ela (informante), mas também a toda a família que segundo ela, vota nesse candidato em consideração e por agradecimento.

A partir desse relato, podemos refletir que as motivações as quais o voto é escolhido abarcam também valores e sentimentos presentes na cultura política da nossa sociedade.

Ainda em relação ao voto, em época de campanha eleitoral, como uma espécie de moeda de troca:

Porque as pessoas hoje em dia, só estão envolvidas por interesse pessoais, seja de um emprego, seja de tijolo, de cimento, seja o que for. Isso vai depender da necessidade de cada um. Eu discordo desse fato. Você deve levar as necessidades gerais da população e não para o seu bem próprio, seu benefício próprio. Já conheci algumas pessoas que se beneficiaram através da política e é muito triste a gente saber que votou por aquele motivo, e lá na frente você saber que a pessoa não era quem você pensava, porque não fez para os outros, mas fez por você e muitas pessoas que continuam sendo fieis aqueles políticos mesmo ele se apresentando corrupto, seja como for, só porque ele lhe ajudou um dia. Então eu não sou muito dessa linha. A maioria dos políticos trabalham com a troca de favores. (Andréia, 44 anos – José Pinheiro).

De acordo com o depoimento acima diversos fatores interpõem-se entre o ato de dar bens, tangíveis ou não, e receber votos. Para Villela e Marques (2002) “os recursos transformam-se em votos e os votos em recursos, e os votos transforma-se em votos”.

Se por um lado há determinadas práticas e determinados discursos que pretendem repudiar o excessivo materialismo eleitoral, por outro lado, existe o reconhecimento da relação e identificação entre política e dádivas, demonstrados através de falas como “eu só voto se me der alguma coisa” ou “voto no candidato que me arrumar uma consulta de vista” etc. Essas e outras falas identificamos durante nossa pesquisa.

Se a gente não tivesse tanta corrupção, se a gente não tivesse tantas tramoias nos bastidores, talvez tivéssemos um sistema político creditado, né! (...)eu vejo os eleitores em Campina tirando proveito das mais diversas formas, seja nas esperas da calada da noite né! Seja na história da bandeira, “eu seguro a bandeira por x reais” seja nos muros pintados, seja nas consultas, nas carteiras de habilitação, enfim, eles estão fazendo negócio. (Luana, 31 anos – Bodocongó)

Desta forma, para melhor entendermos, esse motivo ao qual se adere o voto, podemos citar Marcel Mauss, em seu “Ensaio sobre a dádiva” (1974), onde o mesmo enfatiza como a relação entre dádivas e sociabilidades tem se mostrado eficaz na construção de um vínculo social, ou seja, a dádiva utilizada para formar alianças. Portanto, o objetivo desse Ensaio repousa na circulação de valores como um momento de estabelecimento do contrato social.

Os exercícios de trocas de favores, de compra de votos são bastante acentuadas em épocas de campanhas eleitorais, como ressaltou Barreiras (2006, p. 154) “Com a diminuição das possibilidades das fraudes e das ameaças físicas, surgem em contrapartida, as gratificações, as baneses e os benefícios”. O eleitor passa a ser manipulado de outra forma e com outras bases, onde se articula não mais o voto de cabresto, mas sim o voto mercadoria.

Os eleitores são oportunistas. E quando eu falo que eles são oportunistas não é uma crítica é uma observação no sentido que eles não são bestializados, eles não são bestas como parecem, como alguns fazem crer que são (...). Os eleitores sabem negociar, agora também a gente não pode deixar de ver o lado racional né? Alguns desses eleitores eles cumprem aquilo que prometeu a seu candidato e alguns não! E aí a gente tem visto que tem crescido a grande quantidade de eleitores que aceitam a oferta nessa negociação e depois vai votar no candidato que ele deseja. (Luana, 31 anos – Bodocongó)

Diante do exposto pela nossa informante, não podemos, de forma alguma, indagar que os eleitores não sabem votar ou que são alienados, desinformados. O que podemos perceber é que eles também, assim como os candidatos, se utilizam do chamado “tempo da política” para fazer escolhas estrategicamente a partir de uma lógica individual. Em nossa opinião, o problema está centralizado justamente no momento em que a necessidade individual ultrapassa o bem comum, a necessidade coletiva de uma sociedade.

De acordo com Heredia (1996, p.64), o eleitor que recebe algo do candidato contraiu uma dívida, pois “o voto – e aqui se encontra o paradoxo – embora permita a retribuição, não permite uma relação entre parceiros como relações entre iguais que trocam bens do mesmo tipo”. E o eleitor não está desatento quanto a isto, o mesmo sabe que esta numa relação desigual, e faz proveito desse momento, porque compreende que é apenas nesse momento de período eleitoral.

Para Goldman e Sant’anna(1996 p.26):

Não existe, pois, irracionalidade , mas dispersão, e a verdadeira questão consiste em analisar, em cada caso, como esta dispersão se organiza hierarquicamente em determinado campo, cuja ordem está sempre prestes a se alterar.

Em nossa observação etnográfica, pudemos experienciar essa prática; há um verdadeiro comércio, onde se troca o voto por organizações de festas, de times de futebol, em que candidatos “pagam” bebidas para os “amigos” (eleitores); por ingressos/camarotes para festas na cidade; por dinheiro; por aluguel de ônibus para passeios à praia; ou seja; o voto é negociado pelos eleitores/ candidatos, na maioria das vezes de forma amigável, formando um elo através de uma feijoada e outras coisas do tipo. Presenciamos um eleitor narrar: “esse candidato eu voto, porque ele é amigão do povo, não tem frescura, vem, bebe com a gente, paga a conta, ele é amigo”. Alguns eleitores preferem falar sobre essas práticas sem o gravador de voz, mesmo sem se identificarem, eles apresentam certo receio ao falar nessas práticas tidas como crimes eleitorais, segundo o Código Eleitoral.<sup>42</sup>

Segundo Kuschnir (2002, p.244) “é praticamente impossível pensar em campanha eleitoral sem levar em conta seu aspecto festivo, de evento social, reunindo pessoas para conversar, comer e beber”. Em alguns casos, a própria organização das campanhas gira em torno de bares e restaurantes, onde militantes, eleitores e candidatos se encontram para atualizar informações, convencer amigos, além de comer e beber.

Em nossa pesquisa observamos que locais tais como: botecos e bares são locais bem frequentados por candidatos, assessores e eleitores que aproveitam o momento para batarem papo e saber das novidades sobre a comunidade, adversários e, sobretudo, para a obtenção de votos. As rodadas de cervejas formam situações bem corriqueiras, pois o candidato aparece ao mesmo tempo, como doador e participante do consumo, tornando-se “amigo” do povo.

De acordo com Barreira (2008), a reprodução dessas práticas fraudulentas e corruptoras, pode ser dividida em dois grandes períodos históricos: Primeiramente, no século XVIII e início do século XIX, os processos eleitorais caracterizavam-se por ameaça física e fraudes nas urnas eleitorais, onde o eleitor não tinha liberdade de escolha. E no segundo momento, especificamente no ano de 1932, foi aprovado o primeiro código eleitoral, com uma série de inovações no processo político, a fim de coibir práticas fraudulentas, a exemplo do voto de cabresto. No entanto, o que o autor destaca é que a busca pela adesão do eleitor e do seu voto vai se modernizar, por

---

<sup>42</sup> O artigo 299 do Código Eleitoral define como crime eleitoral “dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita”. Ver em: <http://www.tse.gov.br/servicosonline/catalogopublicações/pdf/codigoeleitoral/codigoeleitoral/2006vol1.pdf>, acessado em 30 de agosto de 2017.

consequente, estas práticas fraudulentas também se modernizam ganhando aspectos mais camuflados.

Neste universo de negociações expõe como se desenvolvem algumas práticas políticas dos candidatos e eleitores. No último capítulo de nosso texto abordamos as motivações que determinam a escolha do voto. Nosso intuito é desvendar se essas motivações perpassam as questões de gênero ao escolher votar em um homem ou em uma mulher.

### **III CAPÍTULO: MOTIVAÇÕES DO VOTO: UMA ANÁLISE SOBRE A RESISTÊNCIA AS CANDIDATURAS FEMININAS.**

#### **3.1 AS MOTIVAÇÕES DO VOTO E SUAS DIMENSÕES**

Para Oliveira (2010), as principais motivações que podem determinar as escolhas dos eleitores são: a ideologia, guia eleitoral/estratégias de campanhas, características do candidato, administração bem avaliada e, por último, a situação econômica do país.

Acrescentando outras motivações para a adesão ao voto:

Parece-nos, que se vota por interesse, afinidade ideológica, adesão partidária, mas também por simpatia, identificação pessoal, torcida de futebol, autoridade materna etc. E mais uma infinidade de razões impossíveis de esgotar. A hierarquização dessas variáveis é um processo, ao mesmo tempo individual e coletivo, passível talvez de sistematização a posteriori, mas refratária a previsões antecipada. Não se trata portanto, de contradições ou falta de lógica. (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996, p. 25)

Os motivos que levam os eleitores a escolher determinado candidato são os mais variados:

O 1º ponto do meu voto e analisando as propostas, hoje em dia eu sou bem mais consciente em relação a análise das propostas, tenho minhas ideologias, tenho meus pensamentos ideológicos, porém a questão de propostas hoje tem sido muito forte, pela questão da minha maturidade, da escolaridade, a gente pensa muito nas propostas. (Flávio, 31 anos – Jardim Paulistano)

A ideologia não deixa de ser um fator importante da decisão do voto, como também as estratégias adotadas diante uma campanha eleitoral, como a apresentação das propostas, a postura do candidato, etc. Interferem na escolha do voto.

Eu voto pelo candidato, não quero saber de partido não. Hoje em dia é um montão de partido então o partido não interessa. O que vale é o candidato mesmo, as palestras deles, as pesquisas, aqueles movimentos no rádio ou na televisão, o partido não me interessa não. Tanto faz. O importante é as idéias. (Sebastião, 58 anos – Cinza)

Por outro lado:

Uma das questões que eu levo muito em consideração quando eu vou escolher um candidato tem a ver com o candidato e a vinculação com o partido. Eu acho isso muito importante do ponto de vista pragmático, mas claro é para além do partido, eu olho um pouco a trajetória do sujeito. Esses são os elementos importantes, partidos em primeiro plano, e em segundo plano, eu diria, uma certa trajetória de como vai envolver. Claramente a trajetória às vezes está vinculada ao partido em que estou geralmente escolhendo. (Márcio, 34 anos – Mirante)

Conforme Cavenaghi e Alves (2012, p.92), o posicionamento ideológico e a identificação entre o eleitor, o candidato e o partido, não seguem uma racionalidade, pois “o sistema político brasileiro é muito flexível e não segue o mesmo padrão em todas as regiões do país”.

Tais discursos demonstram a complexidade do ato de votar. Os eleitores compreendem a importância desse momento e da escolha de seu candidato. Podemos perceber que esses eleitores utilizam uma lógica, a partir de suas experiências, de seus interesses, de seus lugares na sociedade. Ou seja, “na prática existe uma transversalidade entre as variáveis sociais, espaciais e demográficas” (Cavenaghi e Alves, 2012, p. 92).

Então porque é que eu vou votar nessas pessoas, se elas não me representam? Então eu anulo meu voto, né? Pra vereador, já é outra dimensão, porque eu tenho o esposo da minha prima que se candidata, e numa primeira vez eu votei a pedido, porque ele era um familiar, não me arrependo nesse sentido porque eu vejo que também é uma estratégia bem racional (risos), no sentido que eu penso na família e não necessariamente no bem estar coletivo. (Luana, 31 anos – Bodocongó)

Diante desse depoimento fica evidente a interferência da família sendo mais uma variante que interfere na escolha do voto. Na fala acima, a eleitora revela que não se sente representada pelos políticos brasileiros, no entanto, quando se trata de um político que faz parte da família, a opinião muda e conforme ela narra, essas são estratégias usadas para alcançar o poder.

Já no depoimento abaixo a eleitora generaliza a desonestidade na política, demonstrando sua insatisfação perante esse sistema. Enfatizando que tem influência suficiente para decidir o voto, não apenas dela, mas de toda família.

[...]me dê o nome de um político honesto que eu vou votar nele, e ainda convenço um monte de gente a votar. Lá na casa de meus pais tem mais de 20 votos juntando neto, com sobrinhos, com filho, genro, tem mais de 20. Vou colocar todo mundo pra votar nesse honesto aí. (Socorro, 39 anos – José Pinheiro)

Desta forma, a adesão embarca o indivíduo e sua família, concordamos com Palmeira e Heredia (2006, p.284) quando afirmam que:

Se o voto escolha é uma decisão – uma decisão individual, tomada com base em certos critérios, em determinado momento – a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política.

Investigar sobre as representações do voto é um desafio, pois devemos ter cautela em relacionar a cultura e a política na busca de evitar a construção de uma visão parcial, institucional e estrutural do voto. O que devemos adentrar é a relação dessas motivações com as dimensões do cotidiano, com as representações sociais, com os laços de reciprocidade e da dádiva, a construção de campos políticos, a adesão ao voto. A fim de relativizar nossa visão em relação à política e especificamente aos eleitores e suas práticas. Torna-se relevante à observação desses e de outros elementos presentes em nossa cultura política.

### **3.2 – AS MOTIVAÇÕES DO VOTO E A RELAÇÃO DE GÊNERO**

Apesar de nas décadas de 1930 e 1940 alguns antropólogos já contestarem a visão etnocêntrica presente nas análises relacionadas às práticas políticas das sociedades “primitivas”, a Antropologia Política, foi legitimada no final da década de 1950, por via



de um texto escrito por David Easton (1959). Deste modo, procurava-se a compreensão do outro, contidos pelos estudos de cultura e personalidade, que se voltavam progressivamente para a compreensão das sociedades contemporâneas. Com isso, vários trabalhos estavam sendo produzidos, em relação aos modos de organização social das sociedades africanas. Esses trabalhos de cunho antropológico apresentavam uma gama de heterogeneidades, configurando assim, um novo rumo dos estudos antropológicos denominados “Antropologia Política”.

De acordo com Radcliffe-Brown o estudo do sistema político de uma sociedade constitui-se em um dos meios privilegiados para se compreender a natureza de suas instituições sociais. Ao desagregar a compreensão da política da presença das instituições baseadas nos moldes ocidentais, a antropologia reafirma a importância da pesquisa etnográfica para uma melhor compreensão da vida social.

Em Evans-Pritchard e seu trabalho monográfico sobre o sistema político Nuer (1940), o autor apresenta uma discussão sobre a ausência de um Estado centralizado, mostrando que o sistema de parentesco é a chave da organização política daquela sociedade. Sua definição não se dá em uma instituição central, e sim pela existência de um “relacionamento estrutural” de antagonismos persistentes e equilibrados, expressos em guerras com povos vizinhos, mas próximos culturalmente. O entendimento da estrutura política Nuer depende da concepção do princípio segmentário de organização dos diversos grupos e do permanente conflito entre valores rivais dentro de um mesmo território.

Já Edmund Leach (1996), ao publicar seu trabalho monográfico sobre os kachin, critica a noção de sociedades em “equilíbrio contínuo”, para ele, é necessário mostrar que a estrutura social está em permanente transformação, parecendo estável e coerente apenas no relato etnográfico. Assim, para este autor, certas sociedades, reguladas pela convivência de culturas e visões de mundo heterogêneas, são estruturalmente instáveis. Partindo dessa perspectiva, o autor procura compreender as dimensões aparentemente incoerentes da vida social, buscando entender seus mecanismos de integração e conflito. Essa é também, em linhas gerais, a abordagem de diversos outros autores que contribuíram decisivamente para o campo da antropologia política, como Gluckman, Turner, Swartz, Epstein, Friedrich, Middleton e Tuden, entre outros.

A partir dos anos 1950 e 60, as análises se voltam para os processos de transformação das estruturas sociais. Desta maneira, podemos também citar as contribuições da obra de Pierre Clastres para a constituição de uma antropologia

política. Este autor propôs uma relativização radical da noção de política. Para ele, o poder político é universal, inerente ao social e, diferentemente do que ocorre nas sociedades com Estado, o poder pode ser exercido de forma não-coercitiva. Em seus trabalhos etnográficos, as sociedades primitivas, principalmente nas do cenário americano, apresenta que a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o “discurso da sociedade sobre ela mesma”, de modo a preservar seu caráter solidário e indiviso (1982, p.108-109). Desta forma, podemos afirmar que para Clastres, são as relações de poder e, portanto, a esfera da política, que estruturam as relações sociais.

A partir da década de 1990, algumas produções de antropólogos brasileiros, abordaram a antropologia política, seja nas metrópoles ou nas simples comunidades rurais. Estas pesquisas voltadas para uma antropologia da política privilegia uma abordagem etnográfica, com ênfase em análises comparativas, buscando elaborar “visões sociologicamente positivas do lugar da política na sociedade e cultura brasileiras” (Palmeira, 1998: p.11).

Diante disto, Palmeira (1991) sugere uma reflexão sobre as práticas políticas na sociedade brasileira, principalmente aquelas identificadas como “tradicionais” e “clientelistas”, enfatizando nem tanto a dimensão individual, racional, do voto, mas para seu valor como um ato de adesão às facções sociais manifestas na disputa eleitoral. A adesão seria um processo de comprometimento mais amplo, envolvendo não apenas o indivíduo, mas quase sempre também sua família, suas redes de relações e outras unidades sociais significativas, sem que se exclua a possibilidade de os conflitos interferirem decisivamente nesse contexto (p. 120-121).

Para este autor, a compreensão do comportamento eleitoral dependeria da adoção de uma perspectiva mais “sociológica”, em que as ações dos eleitores fossem percebidas segundo as estruturas “sociais e simbólicas” que as circunscrevem, atravessando “diferentes unidades sociais, individuais ou não, incutindo-lhes significado” (Palmeira, 1992, p.30).

Dessa forma, vários autores ressaltam a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico. Os eleitores deixam de ser “seres abstratos”, tão caros aos teóricos da democracia. “A investigação antropológica da política deve concentrar-se não no isolamento de temas e fenômenos, mas justamente no seu entrelaçamento, e na multiplicidade de questões envolvidas” (Kuschni, 2005, p.08).

No caso específico da inserção da mulher na política torna-se importante considerar como se deu tal ocupação e em que medida a questão de gênero, aliada a construção da imagem pública, são inibidores ou facilitadores dessa inserção. Para tanto cabe refletir sobre duas vertentes de análise que serve de guia para compreensão dos condicionantes da inserção feminina nos espaços de poder: o conceito de gênero defendido por Scott (1995) e o de *habitus*, campo e capital político, propostos por Bourdieu (1996). O conceito de gênero, formulado pelas feministas na década de 1970, pode ser considerado como um grande facilitador para o entendimento dos questionamentos aqui levantados, desnaturalizando o que, na verdade é socialmente construído. Ou seja, a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995).

Uma das primeiras noções para a concepção de gênero é que este seria um conceito eminentemente político, nascido do movimento feminista, para enfatizar que as diferenças biológicas entre os sexos não seriam condicionantes para as desigualdades observadas e vividas nas práticas sociais, mas que costumeiramente, tal noção seria utilizada para naturalizar as diferenças entre os sexos. Como explica Pinheiro (2007):

podem-se identificar dois aspectos centrais à definição de gênero. Um aspecto remete à idéia de que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, que são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. O outro aspecto refere-se à noção de um poder que é desigualmente distribuído entre os sexos. (PINHEIRO, 2007: p.35)

Para Scott (1995), gênero é uma categoria analítica, seria o conhecimento sobre a diferença sexual, sempre relativo; produzido por amplos e complexos quadros epistêmicos que além de estarem presentes em ideias, estão também em instituições e estruturas, práticas cotidianas, em tudo aquilo que constituiria as relações sociais. É, portanto, uma categoria social da diferença sexual que não caracteriza diferenças biológicas ou físicas, entre o masculino e o feminino. A autora identifica que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, como também o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Essas diferenças são símbolos culturalmente disponíveis que estão contidas em representações simbólicas, expressas em doutrinas religiosas, educativas, políticas e jurídicas.

Neste sentido, ao adotar uma perspectiva de gênero implica distinguir o que é natural e biológico do que é social e culturalmente construído. Isto supõe uma compreensão mais abrangente da complexidade das relações sociais, envolvendo as instituições, o âmbito social, o processo educativo e as relações de poder presentes na sociedade. Ou seja, na definição de gênero o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, pois são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos, resultando assim, muitas vezes numa distribuição desigual de poder entre os sexos.

O campo Político é analisado por Bourdieu (2000) como “um campo de forças” no qual os diversos agentes políticos se influenciam mutuamente e agem de acordo com a lógica interna do campo. Não apenas por interesses particulares de cada classe ou organização social atuam neste campo, mas a própria disputa pelo poder político molda a ação dos agentes envolvidos. As “regras do jogo” formatam as ações e representações criadas no campo político. Desta maneira, podemos dizer que essas formas de atuar designa o que Bourdieu denomina de *habitus*, um comportamento voltado ao campo, mas comum a todos os que integram. A busca pelo poder guiam estes comportamentos e conduzem as regras do jogo, neste caso, as campanhas eleitorais.

Com esse processo de disputa pelo poder, devemos considerar a produção de imagens em torno da política, também esta empregada naqueles que possuem o que Bourdieu chama de “capital político”. Esse capital pode ser constituído tanto por poder econômico como por capital cultural. O campo da política passa a difundir práticas que se tornam habituais e comuns àqueles que pertencem ao campo, concomitantemente em que se profissionaliza e avigora suas leis internas.

Para este informante:

São redes muito fortes que fazem com que nós tenhamos essas forças políticas. Então eu quero pensar um pouco, né! É possível a mulher se inserir nesse espaço tão pautado pelo discurso masculino, pelo discurso da masculinidade, pelo discurso machista, muitas vezes, sem que ela esteja encorado no próprio exercício da dominação do homem? Eu quero entender um pouco disso. (Marcio, 34 anos – Mirante)

No campo do gênero, os homens como sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente, precisam solicitar autorização a “primeira”

categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegiam apenas uma categoria social de sexo, ficam patentes a hierarquia e a desigualdade.

De acordo com Torres (2012), o fator básico da sociedade reside em seu caráter de coletividade, enquanto demonstração de convivência nas relações de sociabilidade e identidade. Para esta autora, homens e mulheres possuem identidades diferentes que acompanham o regime de cada sociedade;

a identificação de homens e mulheres está associada aos tipos de papéis que a sociedade lhes atribui, aos comportamentos que devem ter aos seus desejos e expectativas de vida. Trata-se de uma construção social que envolve valores, culturas e determinações históricas que são assimilados no processo de educação dos sujeitos sociais com acentuado corte de gênero. (TORRES, 2012, p.48)

Diante disso, é importante ressaltar que a construção das identidades de homem e de mulher esteve historicamente ancorada na assimetria dos papéis sociais, sendo a esfera pública o lugar destinado ao homem e a esfera privada a mulher. Assim homens e mulheres vêm ocupando diferentes posições na sociedade e tradicionalmente lhes tem sido atribuído diferentes papéis, uma vez internalizados são tidos como naturais. Em face dessa construção ideológica estabeleceu-se uma situação de enclausuramento da mulher a dimensão da casa, sendo-lhe atribuída a maternidade como função principal dentro da família.

Para nosso informante a mulher que trabalha “fora”:

Por um lado ajuda por outro atrapalha, porque ela não vai ficar, olhe não adianta ninguém porque ela vai se preocupar mais com o trabalho de casa do que com o trabalho ou ficar mais preocupada com a casa e os filhos de que com o trabalho, ai mistura tudo e pronto fica um pouco desorientada, do mesmo jeito é na política, a mulher não só se liga naquele trabalho, o homem não. Muitas vezes ela está trabalhando e pensando na casa, nos filhos. (Sebastião, 58 anos – Dinâmica)

Diante da fala desse informante, podemos perceber que ainda paira, em nossa sociedade, o pensamento que a mulher tem dificuldade em conciliar a vida profissional, com a vida pessoal. Mesmo diante de tantos avanços, ainda cabe a ela os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e marido, que a deixa muitas vezes, sobrecarregada.

Conforme Pateman (1989), o sexo é definidor de, ao menos duas categorias de indivíduos no patriarcalismo moderno: homens livres que são cidadãos atuantes na sociedade civil, e mulheres naturalmente subordinadas, que são definidas em sua posição relacional no âmbito familiar (como mães e esposas).

Para Fraser (2003), no caso da identidade de gênero, a injustiça na distribuição de recursos é um forte elemento da desigualdade. Para ela;

O gênero funciona como um princípio organizador da estrutura econômica da sociedade capitalista. A divisão de trabalho produtivo (remunerado) e o trabalho reprodutivo (não remunerado), associados respectivamente ao masculino e ao feminino, estão na base de desigualdades materiais. Além disso, o gênero também implica diferenciação de status, uma vez que os padrões culturais institucionalizados privilegiam características associadas à masculinidade (FRASER, 2003, p. 23)

Ainda em concordância com a citada autora, deve-se admitir que o reconhecimento das particularidades pode sim ser legitimado. Mas isso, segundo Fraser, deve ser feito não em nome da autenticidade, mas sim da “igualdade da participação política”. Isso significa dizer que o reconhecimento, para ela, se associa à questão de status, implicando assim, relacioná-la ao modo de como as instituições valorizam a condição dos atores sociais.

Essa desigualdade de acesso ao poder político vem sendo historicamente justificada pela imposição da divisão natural/sexual do trabalho, onde para as mulheres tem-se relegado o papel de subalternidade no contexto privado e no público, mesmo depois de sua inserção na esfera pública.

A mulher será moldada sob a condição de mãe e de esposa, seguindo-se daí atividades de gestão da casa, do filho e do marido, enquanto o homem será visto como o pai e o marido, provedor das necessidades da família, daí ser considerado o chefe. Esse par mantém idealizada uma relação que determina o comando e a subordinação, distanciando-se primeiro através dos costumes, em seguida, formalizando-se e institucionalizando-se em práticas que podem ou não ser realizadas por um ou por outro. Por exemplo, o trato com os alimentos, com as crianças, com a limpeza da casa (as tarefas domésticas) diz-se que são próprias da mulher, enquanto que o homem é livre para as decisões, para o controle, assumindo a autoridade de chefe, no lar. No trabalho, a divisão sexual vai garantir a desvalorização do trabalho doméstico da mulher e seu afastamento do processo produtivo social, conferindo ao homem o monopólio do mercado de mão-de-obra, excluindo as mulheres de áreas

qualificadas, sintomas da deterioração da formação profissional desse gênero. (ÁLVARES,1997, p.3)

Nessa esfera pública “culturalmente masculina”, a mulher continua reproduzindo esse papel feminino socialmente imposto, evidenciando o jogo político de poder e a representação de interesse, em que, a modernização serve para mascarar o conservadorismo das relações patriarcais que ainda se mantém no cenário político-social.

Essas discussões acerca das dificuldades e desigualdade entre as candidaturas femininas é abordada por Grossi e Miguel (2001), que entre vários empecilhos que se colocam desfavoráveis às mulheres, um deles seria conciliar a vida pública com o âmbito familiar, pois:

seja pela resistência dos maridos, seja pela forma de lidar com questões domésticas, como filhos e cuidados com a casa. Não há dúvida de que a presença das mulheres nas câmaras municipais, estaduais e federais, transforma as relações de gênero em diferentes instâncias, não apenas no campo da política, mas também no campo das relações familiares e afetivas. (GROSSI & MIGUEL: 2001, p.191)

De acordo com Pierre Bourdieu, em “A Dominação Masculina” a dominação do “masculino” sobre o “feminino” é pensada como resultado de uma violência “suave” e “invisível”, que se pratica, principalmente, por vias simbólicas, através do reconhecimento dos dominados. Parece estar na “ordem das coisas” e ser normal, não precisando ser proferida ou justificada, dado que ela coloca as diferenças biológicas entre homens e mulheres como seu fundamento natural e evidente, como se ela fosse uma dominação a-histórica.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas” como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social e, em estado incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2009 – p. 17).

Esta dominação é reconhecida e reproduzida por ambos os sexos, dado que as estruturas históricas da ordem masculina são incorporadas sob a forma de *habitus*, ou

seja, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação que determinam quais condutas e posturas são adequadas para homens e mulheres.

Enfim, neste ponto de nossa dissertação buscamos abordar e compreender, através da análise das diversas motivações que implicam ao eleitor a escolha de seu voto, quais as causas existentes pela não adesão às candidaturas femininas. Como já expomos, através de dados empíricos, as mulheres formam a maior partes dos eleitores deste país, apresentam maior escolaridade, o implemento de ações afirmativas e da Lei de Cotas por sexo na legislação eleitoral, elaboração de campanhas midiáticas que promovem um incentivo a participação das mulheres na política pela Justiça Eleitoral, e outras ações, mesmo assim ainda há uma grande disparidade entre homens e mulheres em relação a representação na política.

Em nossa pesquisa indagamos para alguns eleitores o que eles achavam sobre as mulheres na política e eles ponderaram:

Se o homem, só o homem manda é do jeito que é, imagina com mulher no meio? As mulheres tem o mesmo direito claro! Mas só que outros não deixa sempre quer derrubar e sempre derruba. Você pode ser muito sabida, inteligente e tudo, se não tiver um homem que sempre de uma ajudazinha, ela fica na reta guarda, já o homem não, eu acredito que o homem tem uma força moral maior. É desse jeito, eu entendo assim, você não vê que tem muita mulher que é autoritária né, mas quando o homem deixa ela ser muito autoritária. (Sebastião, 58 anos – Cinza)

De acordo com Grossi e Miguel (2001) podemos perceber que existem diferentes percepções do que significa o poder. No depoimento acima o eleitor deixa claro que o poder é masculino e é exercido num determinado lugar, no espaço público. Esse eleitor ainda defende que entre homens e mulheres há uma relação de dominação e submissão. Ou seja, as relações de gênero tradicionais são “naturalizadas” como relações assimétricas, verticalizadas e hierárquicas de poder entre homens e mulheres, em que o homem domina e a mulher é subalternizada. Essas noções são construídas e perpetuadas pelo patriarcado que ajusta suas bases na dominação e na hegemonia social e política estabelecida e cristalizada como tradicionalmente masculina.

Eu acho super normal, como em qualquer outro aspecto, qualquer outra profissão a mulher vem ganhando mais espaço, independente da profissão, a mulher vem ganhando mais espaço. Eu acho bem normal essa questão da inserção feminina. (Camila, 26 anos – Centro)



Assim, o homem sempre predomina mais né, por ser uma área de a gente ser acostumada: não é homem, é homem, mas a mulher está vindo com força e estou gostando, ta valendo a pena, estão lutando pelos seus ideais e eu apoio. (Marta, 41 anos – Palmeira)

Diante dessas falas, podemos citar fatores relevantes, atribuído à singularidade do feminino que é o “reconhecimento” da sensibilidade, conforme Ferreira (2001) a mulher é estereotipada como um ser fraco, sensível, delicado, doce, sempre submisso e, portanto, despreparada para a política. Pois a idéia que se tem é de que o perfil do político deva ser a de um indivíduo racional, frio, inteligente, dominador e com personalidade forte de modo que tenha capacidade de liderança (perfil sempre atribuído ao ser masculino). Todo esse discurso tende a justificar a exclusão das mulheres da política como algo natural ou biologicamente condicionado. Partindo dessa problemática podemos perceber que esses papéis são, na verdade, representações que a sociedade incorpora sobre o que é ser mulher e o que é ser homem.

Eu acho que a mulher na política tinha uma grande chance das coisas melhorar, que mulher é mais emotiva, mulher é mais emotiva, mulher ela faz muito as coisas com o coração. A não ser também se tivesse um homem por trás, por exemplo, quando tem uma mulher que ela é , aconselhada, levada pelo homem, aí é a mesma coisa de ser a mente masculina que tá levando, fazendo. Se for a mente dela mesma eu acredito que dá muito certo, porque você sabe que Dilma ela era manipulada, Dilma não governou não! Ela era mandada o tempo o todo! Dilma nunca tomou uma decisão dela mesma. (Socorro, 39 anos – José Pinheiro).

No depoimento acima podemos perceber que as mulheres que disputam um cargo político tendem a trazer consigo uma “identidade de gênero”, valores femininos que lhes são atribuídos de forma histórica e culturalmente naturalizados tais como: sensibilidade, paciência, maternidade, cuidado etc, mas, ao mesmo tempo, são estigmatizadas como mulheres políticas sem autonomia, sem “personalidade própria”, sem força política, como no caso ilustrado pela informante, acima descrita, que avalia a Presidenta Dilma Rousseff, como alguém manipulada, sem ação individual nenhuma. Isso não deixa de ser uma visão que busca desqualificar o feminino na política e a igualdade de gênero no que diz respeito à disputa eleitoral. Em outras palavras, é como se a mulher sempre fosse pensada como uma espécie de extensão do “braço masculino”, sem autonomia, capacidade e poder de decisão:

Eu acho um caos, eu acho um caos (risos). (...). Então tanto o nosso desejo não condiz com a realidade, a gente sabe, que as figuras femininas elas são extremamente estigmatizadas, elas são alvos, elas são alvejadas, a gente vê cenários horrorosos, grotescos, falas horrorosos de candidatos referentes a mulheres, no nosso Senado, na Câmara, ou seja, nas instituições onde se deveria ter mais respeito, as pessoas não tem, então a meu ver é um caos porque não é a lei, a lei não garante, a lei está posta mas ela não garante de fato uma representação feminina. (Luana, 31 anos – Bodocongó)

A maioria dos entrevistados sinalizam serem favoráveis as candidaturas femininas. Todos os entrevistados afirmaram que já votou ou votaria em mulheres e que não tem problema algum em mulheres participarem da política, mas quando indagamos em relação a ausência da mulher na política, eles relataram motivos tais como: falta de interesse, porque não querem, por falta de incentivo, etc. De acordo com esses informantes:

Ora! Qual é o sentido de você dizer que está na lei se elas não querem participar? Muitas não querem participar. Qual o sentido disso? Então mais do que a lei, a prática tem que se efetivar. É importante? É, mas não funciona se no dia-a-dia isso não se consolida. (Luana, 31 anos – Bodocongó)

Segundo Miguel e Biroli (2011) a menor disposição das mulheres em cogitar disputas eleitorais não é explicada apenas pela sobrecarga de responsabilidades oriundas da dupla jornada de trabalho. No entanto, “os arranjos familiares tradicionais contribuem para prejudicar as mulheres nas carreiras profissionais mais competitivas. A política pode ser considerada uma dessas carreiras” (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.95)

Não podemos esquecer que vivemos numa sociedade tradicionalmente patriarcal, advinda de uma educação, de uma cultura, que os espaços da mulher são postos. Mesmo ela indo para o mercado de trabalho, mesmo ela indo pra rua. Mas no nível de representação não é colocado para ela, como sendo um local nisso dá sua participação. Cabe a ela, ainda todos os seus afazeres domésticos, todos os cuidados com a casa e isso efetivamente tira seu tempo, tira sua disponibilidade para se preparar, para se inserirem no campo mais amplo de participação política. Então é um cultural associado com um processo histórico que vivenciamos o patriarcalismo, e que normalmente busca-se conscientizar, afim de, mudar essa forma de pensar na divisão sexual do trabalho.

Eu acho que por causa da dificuldade mesmo de entrar. É não sei ao certo, mas eu acredito que por impecílios dos próprios partidos, sei que eles gostam de filiações, mas ao ponto de se candidatar e ter o apoio é eles dão mais oportunidades as mulheres que já tem um nome, que já tem uma família de políticos, a gente vê muitas mulheres se candidatando de fato que não tem um nome, que não tem um conhecimento, entendeu, mas se a gente perceber direitinho, só ganham as que já são conhecidas. (Andréia, 44 anos- José Pinheiro)

Essa informante faz uma importante afirmação em relação às mulheres que entram na vida pública, através de uma tradição familiar na política. Infelizmente, hoje essa afirmação é um fato. Dificilmente uma candidata obteve prestígio político por fazer parte de movimentos sociais, ou por uma conjuntura política autônoma. Hoje o que se percebe é que a maioria das mulheres se inserem na política através de seus maridos, ou familiares políticos, que cojitam suas candidaturas, a fim de, dar prosseguimento aos projetos políticos e até mesmo para permanência da família no poder. Em (Miguel e Biroli, 2011, p.96) “o acesso a carreira política por via familiar ilustra uma especificidade das mulheres em relação a outros grupos subalternos, que em geral se encontra segregados dos dominantes”.

Outra questão abordada foi sobre o voto em mulheres. Perguntamos se esses eleitores já votaram ou votariam em mulheres, e quais as diferenças entre mulheres e homens na política.

já votei e continuo votando, so não voto mais porque não tem. já procurei as mulheres ,mas elas tem um pensamento meio complicado, que defendem idéia ou ideologias de um grupo específico acho que tem que pensar mais abrangente, acho que não votaria mais por falta de opção mesmo,mas já votei e não me arrependi de ter votado. Votaria sim, como já disse mulher tem mais sensibilidade. (Flávio, 31 anos – Jardim Paulistano)

Por outro lado:

Não eu nunca votei. Porque às vezes eu voto pela pessoa também. O homem tem mais sabedoria pra governar. A mulher, eu acho que, não é desprezando o lado dela. Mas elas as vezes não tem atitude pra agir as coisas, já o homem não, ta sempre no campo correndo atrás de uma coisa, atrás de outra. (José, 45 anos - Catolé).

A maioria dos nossos informantes alegaram que já votaram ou que votariam em mulheres candidatas, no entanto, em outras questões abordadas evidenciam que os

homens têm mais competência para administrar cargos públicos. Associam a mulher a características naturalmente impostas ao ser feminino, como a sensibilidade, a irracionalidade, a não agilidade para resolver problemas, etc. E ao homem, a razão, a sabedoria, agilidade, o espaço público, pois o homem está preparado para enfrentar situações de confronto e enfrentamento, diferentemente das mulheres.

Infelizmente, diante dessa esfera pública “culturalmente masculina”, a mulher continua reproduzindo esses papéis femininos socialmente impostos, evidenciando o jogo político de poder e a representação de interesse, o conservadorismo e as relações patriarcais ainda se fazem presentes no cenário político-social.

Diante dessas impressões acerca das motivações do voto e a sub-representação feminina na política em Campina Grande, podemos perceber que nas falas dos nossos informantes há contradições e conservadorismo em relação aos lugares de homens e mulheres em nossa sociedade, pois a maioria afirma que votaram ou votariam em mulheres, mas, no entanto, ainda apontam uma visão muito machista, que por diversas vezes exclui as mulheres dos cargos políticos. Muitas vezes a própria mulher não se sente capaz de concorrer e/ou ocupar cargos políticos. Vejamos o depoimento abaixo, em relação a pergunta: Você se candidataria para algum cargo político?

Não, porque não tenho competência suficiente para contribuir politicamente na sociedade. (Paula, 35 anos – Monte Castelo).

Diante desses depoimentos, podemos perceber que as próprias mulheres, muitas vezes se auto-excluem da disputa por cargos eletivos, ou porque não confiam na sua capacidade, ou porque não se dispõem a enfrentar resistências que consideram insuperáveis, ou porque subestimam a importância dessa participação na vida política.

De acordo com (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.94), “Mulheres, assim como outros grupos subalternos, tendem a assimilar fortemente o sentimento da própria impotência política, recusando-se a fazer parte de um espaço no qual são recusadas”. Diversas variáveis intervêm para construir, ou não, esse sentimento. Para (BOURDIEU, 1979,p.478), “é necessário fazer intervir (...) o sentimento (socialmente autorizado e encorajado) de estar votado a se ocupar da política, de estar votado a se ocupar da política, de estar autorizado a falar de política, de ter autoridade para falar politicamente das coisas políticas”. Ou seja, o desinteresse da mulher pela política, a incompetência nos assuntos de política e a falta de amigação política feminina são momentos de uma mesma exclusão.

Não, Não, Não porque eu acho que a mulher não deva ficar na política! Como falei acho muito válido. Eu particularmente não, porque eu não tenho afinidade com política. (Andreia, 44 anos – José pinheiro)

Não. Não tenho talento para a vida de política (Cristina, 30 anos – Presidente Médice).

Essas diferenciações entre os sexos e o pensamento machista estão tão legitimado em nossa sociedade, que até as próprias mulheres, sem generalizar, enraizaram esse pensamento.

se a gente não tivesse numa sociedade tão machista, se a gente não tivesse mulheres tão machistas, aí eu digo sem medo, mulheres machistas muitas né! Que acha que lugar da mulher é cuidando bem do marido, que acha que o marido te deu um tapa e você tem que ficar calada para não comprometer ele. (Luana, 31 anos – Bodocongó)

Neste ponto perguntamos para se ela se candidataria para concorrer para algum cargo político. Assim, percebemos que esse é um problema também cultural, pois nós mulheres não somos influenciadas a participar da política. A concepção de que a política é para homens, está tão enraizada em nossa sociedade, que para todas as entrevistadas, nenhuma afirmou que se candidataria em uma eleição para cargos públicos.

Em outro ponto indagamos quais os motivos pelos quais as mulheres têm pouco interesse pela política. Por que, diante de tantos avanços, já citados anteriormente, ainda existe uma subrepresentação feminina em cargos políticos? Para nossos informantes os motivos são:

Eu acho que medo! Medo e também porque sabe que não vai muito longe, porque aqui o País, as pessoas que estão tomando conta desse País, não deixa a mulher ir muito longe não! Já tivemos muitas conquistas, mas ainda falta andar muito pra poder ter essa autonomia, apesar de que acho que somos a maioria, né! (Socorro, 39 anos – José Pinheiro)

Um dos motivos do baixo índice de participação política das mulheres em nossa sociedade é remetido à persistência dos estereótipos de gênero, a discriminação (aberta, ou camuflada) por motivo do sexo. Esses são alguns fatores, colocados pelos entrevistados, que desestimulam as mulheres a se engajar na vida política:

quando a gente pensa nessa participação das mulheres a gente tem que pensar nos bastidores dessa política: quem as financia? Quem é que faz as apostas políticas? Quem são essas mulheres que tem coragem de ir para o pleito? (Luana, 31 anos – Bodocongó)

O que podemos perceber, através dessa informante, é que a participação feminina ainda se dá de forma tímida, porque nós não vemos, de fato, iniciativas que estimulem essas mulheres a participarem da política. Alguns entrevistados atribuem a responsabilidade dos baixos índices de participação da mulher aos partidos aos quais deveriam investir e promover uma conscientização política aos seus filiados. Para Tabak (2002) a própria estrutura partidária não facilita uma ampliação da participação feminina, pois são desconsideradas as múltiplas tarefas desempanhadas pelas mulheres filiadas ao partido.

De acordo com Miguel e Biroli (2011) três tipos de recursos são necessários para a participação política em geral e, principalmente, no caso das mulheres, para a possibilidade de disputar cargos públicos são: dinheiro, tempo livre e rede de contatos. Neste texto, os autores citados também incluem o capital familiar como um importante fator para o incentivo da participação política, sobretudo dos grupos subalternos. Mas para esses autores, o que realmente constrange a participação política das mulheres diz respeito ao tempo livre, o que liga estreitamente a responsabilidade maior, quando não exclusiva, pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com as crianças. No modelo tradicional da família, o homem é o provedor e o isolamento das mulheres no lar bloqueia a formação de redes, comprometendo o surgimento do interesse delas pelas questões públicas. O conhecido fenômeno da “dupla jornada” é, então, um importante obstáculo à participação política:

Para as mulheres há uma tensão entre o tempo do ‘agir’ do sujeito político e o da realização das tarefas de manutenção da vida que deve ser cuidada e reproduzida. A falta de tempo funciona como um bloqueio para transitar da esfera social para a do político (MIGUEL & GROSSI, 2011, p.98)

A dificuldade no acesso aos recursos materiais necessários para a participação política contribuem para explicar a tímida presença feminina na política. Suas obrigações no ambiente doméstico, seu menor acesso aos investimentos financeiros e partidários e a relativa conexão com as redes políticas, são fatores que impulsionam, negativamente, as chances de sucesso na política partidária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história podemos perceber a contundente luta das mulheres para a ocupação do espaço público, essa luta tem se dado ao longo dos anos através de uma série de ações e reivindicações dos movimentos feministas que almejavam a liberdade feminina. No entanto, aceitava-se apenas o exercício de certas atividades, tidas como “adequadas às mulheres”, por serem consideradas uma extensão de suas atividades maternas. Ainda continuava a concepção das tarefas serem destinadas de acordo com a natureza de cada sexo, considerando que aquelas destinadas ao ser feminino, era “natural” serem menos remuneradas.

A conquista de novos direitos de participação na política não implicou numa reformulação no âmbito das obrigações familiares distintas entre homens e mulheres, de acordo com pesquisa realizada, ainda cabe, a maioria das mulheres a responsabilidade pelas atividades domésticas e pelas sociabilização/educação dos filhos.

Devemos considerar, ao longo do tempo, a mentalidade da época, onde, ao mesmo tempo em que elas reivindicavam o direito a trabalhar e participar politicamente, muitas sofriam por se sentirem divididas, e mesmo culpadas ao se dedicar com afinco ao trabalho e as lutas políticas fora do lar. Diversos avanços relacionados às mulheres, merecem destaque, no decorrer dos séculos. Paulatinamente essas mulheres buscaram uma sociedade mais justa, frente aos desequilíbrios estruturais da sociedade brasileira. Infelizmente, ainda hoje, mesmo diante de tantas lutas e conquistas, nos deparamos com uma situação de discriminação sexual, de desigualdade entre gêneros, pois ainda se produz em nossa sociedade, em pleno século XXI, o pensamento machista e patriarcal que domina as mulheres e as subjugam à participação em várias instâncias da sociedade.

Foi possível perceber, durante a pesquisa, que mesmo diante de vários incentivos, ações afirmativas, propagandas para conscientização política, para alguns informantes a baixa representatividade das mulheres na política remete as próprias mulheres que não gostam, ou não se interessam pela política partidária. Nem as próprias mulheres, que entrevistamos, se sentem capazes de ingressarem no mundo partidário, pois nenhuma delas se assumiram capazes de se inserirem neste campo.

A explicação para os baixos índices de participação política da mulher varia. Alguns dos entrevistados atribuem a responsabilidade aos partidos, os quais teriam um importante papel a desempenhar na elevação do nível de consciência política da mulher. Nesse sentido é indispensável dispor de dinheiro e tempo para assegurar uma

participação, por isso é fundamental que os partidos insiram, efetivamente, as mulheres, na chamada “vida partidária”.

Podemos remeter o problema da sub-representação feminina na política a ordem cultural, pois nós mulheres não fomos preparadas para o espaço público, para a concorrência, para o afrontamento, para disputar com os homens de “igual para igual”. Muito pelo contrário, como vimos, foi destinado comumente a mulher o cuidado com o lar, os filhos, com o marido. Que a mulher deve ser sentimental, sensível, ser doce, educada etc. As que não seguem esse padrão imposto pela sociedade são vistas como a “diferente”, a “mulher macho”. Assim também para os homens que devem assumir uma postura valente, racional, heterossexual (pegador), forte, etc. Podemos dizer que essa dicotomia entre o gênero masculino e o feminino está relacionado às ações culturais, que se perpetuam em nossa sociedade. Apesar de muitos avanços, de estudos que promovem a conscientização acerca dessa problemática, de ações jurídicas que promoveram leis para diminuir a desigualdade de gênero, ainda se institue, em nossa sociedade, uma situação de disparidade entre homens e mulheres.

Diante disso buscamos responder aos questionamentos que atravessam a situação de sub-representação feminina nos espaços de poder através do insucesso delas nas urnas. Procuramos entender se as motivações que envolvem a adesão ao voto perpassam as questões de gênero.

A política foi aqui tratada, a partir de seus significados sociais, situando o espaço urbano como um lugar complexo que permite a construção de diferentes e diversas representações sociais. Estas, no entanto, não são estáticas, na medida em que os indivíduos interagem com outros e as relações de trocas acontecem, das mais variadas formas, assim como a criação e reorganização do espaço urbano. No mesmo movimento caminham as políticas, as escolhas e as motivações do voto, que não são estáticas, pelo contrário, se permitem as transformações.

Os argumentos construídos ao longo da dissertação, assim como os dados apresentados, as discussões de vários autores aqui citados, e as falas dos nossos entrevistados, nos demonstram, com precisão, que existe, em nossa cultura, uma vasta dificuldade ao que se refere à participação, presença e permanência das mulheres na política.

A reflexão que se mostra aqui indica a relevância dos aspectos históricos pesquisados enquanto definidores de papéis sociais de gênero. A atribuição do espaço público como masculino e do espaço privado como feminino, ao longo da história da



sociedade brasileira, incide diretamente na condição atual das brasileiras no cenário político. Mesmo se considerarmos os avanços ocorridos nas últimas décadas referentes à atuação profissional feminina, no campo político a situação de sub-representação é mais do que evidente.

Ao abordarmos sobre a Lei de Cotas na Política, a maioria dos entrevistados nem sequer sabiam que tal Lei existia ou não entendem como ela funciona, qual a sua finalidade etc. Alguns demonstraram serem favoráveis ao acesso das mulheres (e de outros grupos politicamente excluídos) aos espaços de poder político, pois esses agentes excluídos partem de uma mesma perspectiva social, vinculadas a certos padrões de experiência de vida. Desta forma entendemos que a política de cotas se faz necessário porque a diferença na estrutura se remete na desigualdade da possibilidade de inserção na esfera pública, portanto, a ação afirmativa “é uma tentativa de romper este círculo vicioso, contribuindo para a redistribuição do capital político” (MIGUEL, 2001, p.266).

Além disso, partidos que incluem as mulheres nas listas eleitorais apenas para atender à exigência formal realmente não ajudam a aumentar a representação política feminina, por outro lado, muitas vezes a própria estrutura partidária não facilita a ampliação da participação feminina, que desconsidera as múltiplas tarefas desempenhadas pelas mulheres filiadas ao partido, fazendo com que muitas delas não consigam a força e apoios suficientes para superar à resistência a sua candidatura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. **As Mulheres, os espaços “masculino e feminino” e a relação entre gêneros**. Belém, 1997

ARAÚJO, Clara. **Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº2. Brasília, Julho-dezembro de 2009, pp. 23-59

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Imagens Ritualizadas: Apresentação de Mulheres em Cenários Eleitorais**. São Paulo, Editora Pontes, 2008

Blay, Eva Alterman. **As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil** / Eva Alterman Blay. – 2.ed. – São Paulo : Humanitas : CERU/FFLCH/USP, 2015

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa – Campinas SP: Papyrus, 1996

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANCO, Poliane Castello. **A História do Voto no Brasil**. Fortaleza: Adital, 2006.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Títulos eleitorais: 1881-2008**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009. Série apontamentos; n.2

CLASTRES, Pierre. 1982 [1980]. **Arqueologia da Violência**. São Paulo, Brasiliense.

COELHO, Leila Machado & BAPTISTA, Marisa. **A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: Uma trajetória do espaço privado ao público**. Psicologia Política. Vol.9. Nº17.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Reflexões Acerca do Poder, do Patriarcado e da Cidadania das Mulheres. In: FERREIRA, Maria Mary. (Org.). **Gênero, Política e Poder: Participação das Mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste**. EDUFMA, São Luís, 2012 p.15- 44

DIAP (2014). **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília, DF: DIAP (Estudos Políticos do DIAP).

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 1978 [1940]. **Os Nuer**. São Paulo, Perspectiva.

FERREIRA, Mary. Mulher e Política no Maranhão. In : In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; FERREIRA, Mary; SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Org.). **Os Poderes e os Saberes das Mulheres: a construção de Gênero**. São Luiz: EDUFMA. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR: 2001 p. 103-122

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: Lua Nova, São Paulo, 70. 101-138, 2007

GOLDMAN, Márcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma Análise Antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.). **Antropologia Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996. P. 13-40.

GROSSI, Miriam Pillar E MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a Diferença: As Mulheres na Política**. Estudos Feministas, 2001. P. 167 à 206

HEREDIA, B.M.A.; PALMEIRA, M. O voto como Adesão. In: Miranda, Júlia; Pordeus Ismael; Laplantine, Françõis. (Org.). **Imaginários Sociais em Movimento: Oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes editores, 2006.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política: Uma perspectiva brasileira**. Centre for Brazilian studies. University of Oxford. 2005

\_\_\_\_\_, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007

LEACH, Edmund R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo, Edusp, 1996.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. Campina Grande: EDUEPB, 2011

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) – 1930. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Orgs.) **Gênero & Sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 193-207.

MAGNANI, Jose G. Cantor. Quando o campo é a cidade: Fazendo antropologia na metrópole. In: **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana/ Jose Guilherme C.**

Magnani; Lilian de Lucca Torres (orgs), 3.ed, São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. V.2, São Paulo: EDUSP, 1994

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro**. Brasília: CFEMEA. 2000. 85-99. JAN-JUN. 2009

\_\_\_\_\_, Luís Felipe. Política de Interesses, **Política do Desvelo: Representação e Singularidade Feminina**. Estudos Feministas, 2001. P.253 à 267

MIGUEL, Luiz Felipe e BIROLI, Flávia. **Calendoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MONTEIRO, José Marciano e ALMEIDA, Cosma Ribeiro. Parentesco, Poder Político e Representação Feminina na 55ª Legislatura na Câmara Federal. In: **Nepotismo, Parentesco e Mulheres/** Ricardo Costa de Oliveira (Org). Curitiba: RM Editores. 2016.

NICOLAU, Jairo. **A História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2002.

OLIVEIRA, A. Pesquisas, estratégias eleitorais e a disputa presidencial de 2010. **Em debate**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.6-11, Maio 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O Trabalho de Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever. In: **O Trabalho do Antropólogo**. UNESP, 1998, p.17-35.

PALMEIRA, Moacir. Voto: Racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.20, p.26-30. 1992

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PRADO, Maria Lígia e FRANCO, Stella Scatena. **Participação Feminina no Debate Público Brasileiro**. In: Nova História das Mulheres no Brasil. Organizadoras: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba: História de vida e luta**. João Pessoa: Editora Universidade da UFPB. 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade.

TABAK, Fanny. **Mulheres políticas: Participação Política e Poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TORRES, Iraídes Caldas. Exclusão das Mulheres nos Escritos de Kant e Rousseau. In: FERREIRA, Maria Mary. (Org.). **Gênero, Política e Poder: Participação das Mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste**. EDUFMA, São Luís, 2012 p. 45-62. *Revista de Filosofia*, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1995.

TURNER, Victor. 1968. **Mukanda: the politics of a non-political ritual**, in: M. J. Swartz (ed.), *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine. \_\_\_\_\_ . 1974. *O Processo Ritual*. Petrópolis, Vozes.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

**ANEXOS:****Quadro de entrevistas realizadas – Perfis**

<b>Nome Fictício</b>	<b>Nível escolar</b>	<b>Idade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Bairro</b>	<b>Sexo</b>
Flávio	Superior Completo	31 anos	Técnico de UDI	Jardim Paulistano	M
José	Médio Incompleto	45 anos	Porteiro	Catolé	M
Maria das Graças	Fundamental Incompleto	60 anos	Dona de Casa	Dinamérica	F
Sebastião	Fundamental Incompleto	58 anos	Mecânico	Cinza	M
Camila	Superior Completo	26 anos	Enfermeira	Centro	F
Jonas	Médio Completo	20 anos	Ajudante de pedreiro	Glória	M
Marta	Fundamental Incompleto	41 anos	Secretária do Lar	Palmeira	F
Ronaldo	Superior incompleto	30 anos	Técnico em eletro-eletrônica	Bodocongó	M
Silvio	Superior Completo	28 anos	Agente de Marketing	Liberdade	M
Luana	Superior Completo	31 anos	Professora	Bodocongó	F
Socorro	Médio Completo	39 anos	Cabelereira	José Pinheiro	F
Andréia	Superior Completo	44 anos	Contadora	José Pinheiro	F
Cristina	Superior Incompleto	30 anos	Monitora de telemarketing	Presidente Médice	F
Paula	Superior Incompleto	35 anos	Estudante de Biologia	Monte Castelo	F
Bruno	Superior Completo	34 anos	Funcionário Público	Santo Antônio	M
Márcio	Superior Completo	34 anos	Professor	Mirante	M

**Quadro comparativo para as três últimas eleições municipais em Campina Grande  
- Gênero**

**Eleições 2008**

Número de Candidaturas			Número de Eleitos	
Cargos	Prefeito	Vereador	Prefeito	Vereador
<b>Mulheres</b>	0	44	0	2
<b>Homens</b>	4	168	1	21

**Eleições 2012**

Número de Candidaturas			Número de Eleitos	
Cargos	Prefeito	Vereador	Prefeito	Vereador
<b>Mulheres</b>	2	127	0	0
<b>Homens</b>	5	288	1	23

**Eleições 2016**

Número de Candidaturas			Número de Eleitos	
Cargos	Prefeito	Vereador	Prefeito	Vereador
<b>Mulheres</b>	0	120	0	1
<b>Homens</b>	6	273	1	22

Fonte: [eleicoespolitica.com/candidatos-a-Vereador2008/campina-grande-pb](http://eleicoespolitica.com/candidatos-a-Vereador2008/campina-grande-pb) e [eleicoes2016.com.br](http://eleicoes2016.com.br)  
acessado em 26/05/2017.

## **Roteiro para entrevista semi-estruturada**

Dados pessoais:

Nome, sexo, Idade, profissão, escolaridade, bairro que reside(zona eleitoral).

1. Em sua opinião, o que significa o voto e qual a sua importância?
2. Quais os fatores (partido político, vida pessoal, trajetória política, indicação, etc) que você considera para a escolha de seu candidato (a)?
3. Como você busca informações para escolher seu candidato?
4. Qual o principal motivo que determina a escolha do seu voto?
5. Qual a sua opinião em relação à participação dos eleitores, nas campanhas políticas na cidade de Campina Grande?
6. O que você acha da situação atual das mulheres em nossa sociedade? Houve algum progresso? Em relação à liberdade, ao trabalho, a família, a política, etc?
7. Você acha que em nossa sociedade há discriminação contra as mulheres? Já presenciou ou sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher?
8. Diga sua opinião em relação às mulheres na política?
9. Já votou ou votaria em mulheres? Por quê?
10. Como mulher, você se candidataria para concorrer a algum cargo na política? Por quê?
11. Você acha que homens e mulheres competem igualmente para cargos políticos? Por quê?
12. Em sua opinião, qual o motivo da pequena presença feminina em cargos políticos?
13. Você conhece a lei de cotas na política? Você é a favor ou contra? Por quê?